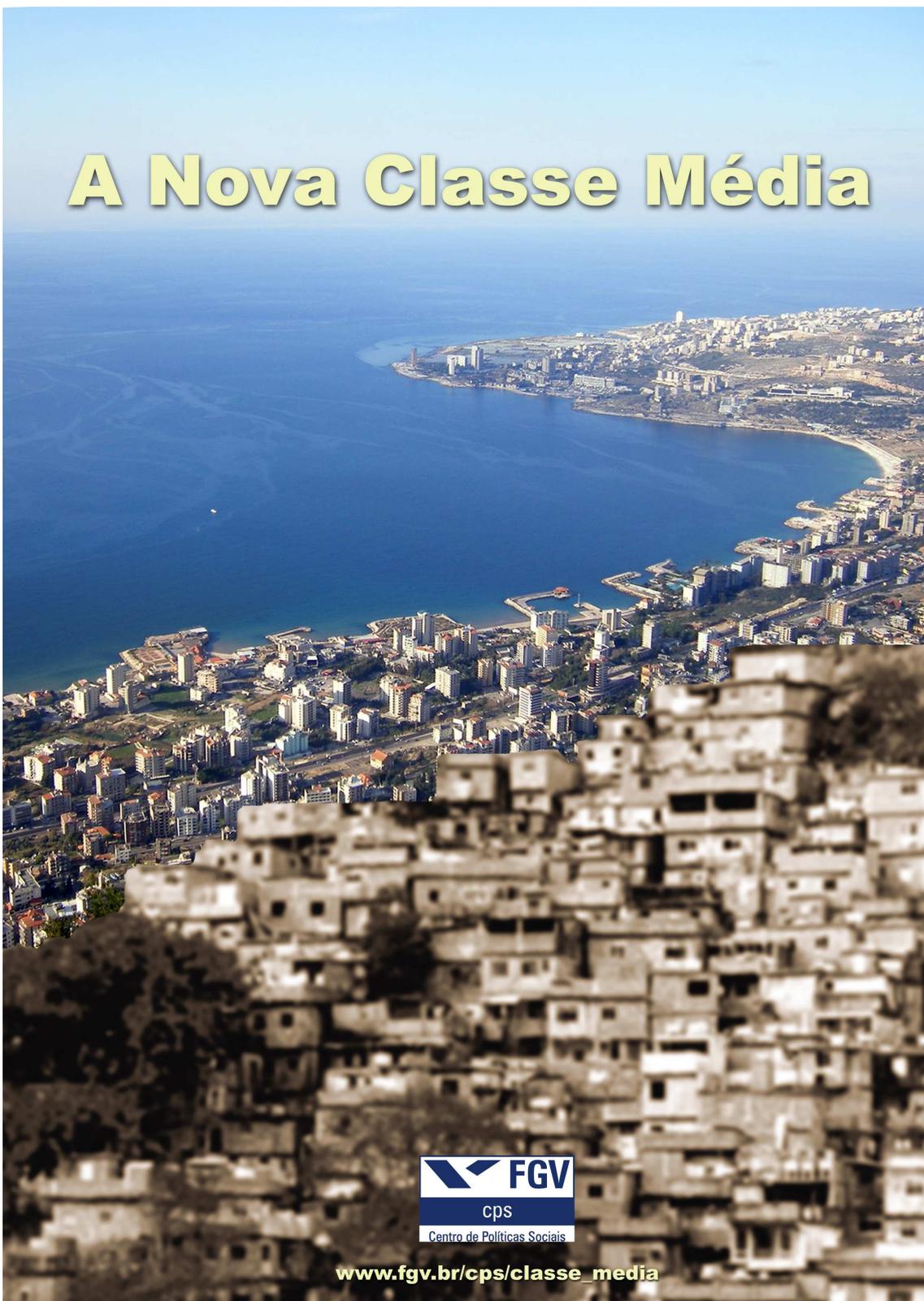


A Nova Classe Média



www.fgv.br/cps/classe_media



A Nova Classe Média

**Coordenação:
Marcelo Cortes Neri**

Agosto de 2008

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Fundação Getulio Vargas.

**A Nova Classe Média / Coordenação Marcelo Côrtes Neri. - Rio de Janeiro:
FGV/IBRE, CPS, 2008.**

[70] p.

**1. Desigualdade 2. Renda 3. Miséria 4. Classe Média 5. Mobilidade
Trabalhista I. Neri, M.C**

©CPS/IBRE/FGV 2008

A Nova Classe Média

Rio de Janeiro, 05 de agosto de 2008

**Centro de Políticas Sociais
Instituto Brasileiro de Economia
Fundação Getulio Vargas**

Coordenação:

Marcelo Cortes Neri
marcelo.neri@fgv.br

Equipe do CPS:

Luisa Carvalhaes Coutinho de Melo
Samanta dos Reis Sacramento
André Luiz Neri
Carolina Marques Bastos
Celio Mayone Pontes
Ana Lucia Salomão Calçada
Ana Beatriz Andari
Celso Henrique Fonseca

Table of Contents

1. Motivação
2. Método
3. Média, Desigualdade e Miséria
4. Definindo a Classe Média
5. Mudanças no Bolo Distributivo
6. A Volta da Carteira de Trabalho
7. Conclusões
8. Bibliografia

Anexo I – Retrato da Nova Classe Média

Anexo II – Avaliação Regional

A Nova Classe Média

Agosto de 2008

1. MOTIVAÇÃO

Tal como na metáfora do motorista, do retrovisor e do parabrisas, se quisermos nos guiar pela realidade brasileira, é preciso deixar de olhar apenas para os dados defasados e mirar a cena corrente. Mesmo antes de olhar para o futuro, até por que há muita incerteza e nebulosidade função da crise americana, ora em curso, é preciso antes explorar os dados mais atuais disponíveis deste admirável mundo novo que se descortina a cada instante. Informamos aqui o debate social com dados inéditos para 2007 e 2008 que ainda não foram explorados em bases familiares seja no cálculo de índices de pobreza, de bem estar ou de mobilidade social. Função da continuidade da tendência a melhora nas condições sociais sintetizada nas novas reduções da miséria aqui apresentadas em primeira mão, o estudo revela a emergência de uma nova classe média no Brasil. A ascensão desta nova classe média é a principal inovação recente nesta década que se confirma aqui como a da redução da desigualdade e tem sido propulsionada por ela e agora pela volta do crescimento. O ingrediente fundamental deste crescimento do bolo com mais fermento para os grupos pobres e agora nos últimos anos para a classe média é a recuperação do mercado de trabalho, em particular da ocupação¹.

A pesquisa define, quantifica e começa a detalhar o protagonismo econômico desta nova classe média nas principais cidades brasileiras, a verdadeira caixa de percussão dos eventos nacionais. A ênfase será na renda domiciliar do trabalho nas seis principais metrópoles brasileiras, função da maior disponibilidade de microdados recentes (até abril de 2008) da Pesquisa Mensal do Emprego (PME/IBGE). Argumentamos que a renda do trabalho e as medidas de mobilidade social a ela associada são elementos essenciais do espírito da classe média. Por encerrar o que há de mais sustentável hoje

¹ Neste sentido, aqueles que analisam a evolução recente da média e a desigualdade da renda do trabalho no Brasil somente considerando a renda dos ocupados, estão “jogando o bebê fora junto com a água de banho”.

nos padrões de vida conquistado pelas pessoas e nos seus respectivos caminhos em direção ao futuro. Thomas Friedman, colunista internacional do New York Times em seu recente best-seller “O Mundo é Plano” define classe média como aquela que tem um plano bem definido de ascensão social para o futuro. Esta fábrica de realização de sonhos individuais é a engrenagem fundamental para conquista da riqueza das nações.

Além de mais atuais, os dados aqui analisados permitem acompanhar as mesmas famílias ao longo do tempo e observar as transições delas para fora e para dentro de estados de pobreza e de classe média. Mal comparando, enquanto os estudos tradicionais baseados na PNAD, e mesmo na PME, nos fornecem fotografias estáticas dos grupos da sociedade em diferentes instantes do tempo. A PME oferece a possibilidade de captarmos o filme das mesmas famílias, separando os emergentes daqueles que já pertenciam à classe média. Também permitem identificar os novos destinos dos que habitavam inicialmente o segmento da classe média, seja de retrocesso (classe E), seja de ascensão (elite – classe A e B). Por fim para completar o cenário mais atual também recorreremos aos dados do Caged/MTE (Cadastro Geral de Emprego e Desemprego do Ministério do Trabalho e Emprego) disponível para todo território nacional até junho de 2008. Estes dados abordam o emprego formal que bate recorde sobre recorde nos últimos meses frente aos resultados já surpreendentes dos últimos anos. A volta da carteira de trabalho talvez seja o elemento mais representativo de ressurgimento da centralidade da classe média brasileira.

Muito tem se falado desta década em termos de redução de desigualdade (desde 2001) e de pobreza (desde 2004), ênfase foi dada ao papel das transferências de renda oficiais aos mais pobres, mas poucos aos avanços estruturais decorrentes da expansão trabalhista observada em todos os segmentos da sociedade. Desde o final de 2006 até agora acontece aumento da renda do trabalho em geral e da geração de empregos formais em particular. Isto é, desde o último retrato estatístico do Brasil pintado com as tintas da PNAD 2006, o que se destaca agora é a geração de renda do trabalho. A presente pesquisa mostra a partir de dados mais atuais a continuidade com sinais de aceleração em alguns casos do expressivo movimento de redução da desigualdade e da miséria brasileira até o momento. Depois de duas décadas perdidas de avanços de renda e do trabalho, a combinação de crescimento mais acelerado com marcada redução de

desigualdade por um período mais longo é notável, esta é uma estória cujos novos capítulos valem a pena ser contados antes que o livro acabe, dado o seu ineditismo na História estatisticamente documentada brasileira.

Tem havido deslocamentos das tendências captadas nas diferentes cidades e novidades na comparação com outras áreas do país. Depois de anos de crise metropolitana, a principal revelação é o quanto a classe média brasileira está crescendo lá e a miséria diminuindo nestes lugares, e quanto isto se deve a geração de trabalho privada da população. Em muitos casos as análises dão ênfase ao papel das altas transferências de renda públicas a população como expansão do Bolsa Família e das transferências previdenciárias, contributivas ou não, associadas aos reajustes reais dados ao salário mínimo. Argumentamos que pelo menos desde 2004 o aumento de renda do trabalho rivaliza com estas transferências na explicação das melhoras de renda para a o conjunto da população (e que desde 2001 para os segmentos mais pobres da população). Isto está bem documentado nas séries da PNAD que vão até outubro de 2006. O que ainda não foi detalhado é a extensão da reversão trabalhista recente e o crescimento absoluto dos grupos médios da população.

Além do protagonismo da renda do trabalho vis a vis as rendas públicas, das metrópoles vis a vis o resto do país, e da emergência da classe média é preciso ter como pano de fundo a mudança do contexto internacional. Até meados de 2007 apesar de um crescimento mais forte do PIB brasileiro desde 2004 vis a vis as chamadas duas décadas perdidas anteriores, corríamos atrás do crescimento das economias centrais em especial das emergentes como Índia e China. Desde então o PIB brasileiro e as demais estatísticas econômicas começam fechar a distancia de crescimento frente ao contexto internacional. Mais do que isso a renda da PNAD já segue o passo do crescimento per capita chinês desde 2005 sendo 4,3 maior que o do PIB per capita. Será ilusão de ótica? já que não houve qualquer mudança de metodologia estatística, ou será que a boa colheita de dados sociais antecedeu a safra de dados econômicos? O fato que tem sido reportado nos principais jornais internacionais o Brasil hoje é a bola da vez, não de crise, mas de oportunidade em relação ao contexto internacional. Este artigo substancia com dados mais atuais e alternativos este novo sentimento de prosperidade através de dados objetivos. Esta melhoria se concentra nos elementos que ocupavam há pouco o

epicentro da nossa crise, quais sejam: a renda do trabalho, o emprego com carteira, as metrópoles e a chamada classe média. Outra novidade bem colocada por Mac Margolis correspondente da Newsweek no Brasil escreveu em seu blog é que a primeira vez nos seus mais de trinta anos de Brasil que quando a palavra crise pronunciada aqui, refere-se a alhures.

A presente pesquisa explora os movimentos da distribuição de renda aí entendida no sentido estatístico, abrangendo tanto mudanças na desigualdade como alterações no crescimento média da renda domiciliar. Enfocamos as trajetórias das famílias entre diferentes estratos sociais, conferindo ênfase a análise de dois segmentos, a saber: a miséria situada na cauda inferior da distribuição de renda per capita e em especial a chamada classe média situada no miolo da distribuição de renda total dos domicílios. O plano do artigo é o seguinte: na segunda seção detalhamos a base da metodologia utilizada. Na seção seguinte analisamos a evolução recente de indicadores de distribuição baseados em renda *per capita* do trabalho como miséria, desigualdade e média. Na quarta seção, discutimos os conceitos de estrutura social e classe média desde a perspectiva de medição. Na quinta seção quantificamos a evolução agregada de quatro estratos (ou classes) sociais, a saber: classe E, Classe D, Classe Média (C) e Elite (A e B)). Na seção seguinte tiramos partido do aspecto longitudinal da PME para quantificar as transições para fora e para dentro de cada um destes segmentos assim como identificar os destinos específicos assumidos. Algo como me diga para onde vás que eu te digo quem és. A sexta e última seção apresenta as principais conclusões do estudo. O sítio da pesquisa www.fgv.br/cps/classe_media oferece amplo banco de dados onde o usuário pode explorar a extensão dos grupos assim como a mobilidade entre eles, abertos por uma vasta gama de atributos sócio-econômicos (gênero, raça, idade, , etc), trabalhistas (posse de carteira, educação etc) e espaciais (cidades). O banco de dados permite, a cada um, ver as trajetórias prováveis de pessoas com os seus atributos. Uma espécie de espelho retrovisor da trajetória social recente. Apresentamos ao fim do texto três anexos com a análise de aspectos deste banco. No primeiro traçamos um perfil da classe média pelos principais atributos sócio demográficos. No segundo comparamos a evolução da classe média e da miséria por cada uma das seis regiões metropolitanas. No terceiro apresentamos os modelos estatísticos estimados incorporados nos simuladores.

2. MÉTODO

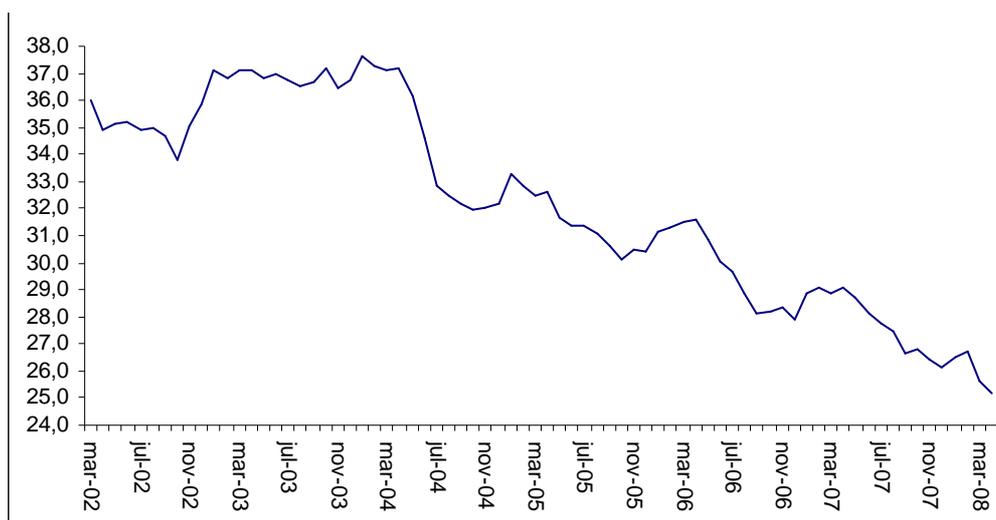
A tradição entre as instituições de pesquisa como o IBGE é usar os dados da Pesquisa Mensal do Emprego (PME) em níveis individuais, e não em níveis domiciliares, particularmente quando se trata de indicadores, como taxa de desemprego e a renda média do trabalho. Entretanto, a PME é uma pesquisa domiciliar comparável à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) e pode ser usada como tal. Esse ponto merece destaque, pois a avaliação das condições socioeconômicas deve levar em conta o processo de repartição de recursos no bojo dos domicílios. Por exemplo, o fato de a renda do trabalhador adulto poder beneficiar outros membros de sua família, como as crianças. Nesse sentido, o conceito mais adequado para auferir o nível de pobreza seria a renda domiciliar *per capita* dos indivíduos, que corresponde à soma da renda de todas as pessoas dos domicílios dividida pelo número total de moradores. Similarmente, quando queremos quantificar a extensão da chamada classe média para, por exemplo, avaliar o poder de compra de bens familiares tais como a casa própria, o conceito adequado é a renda total auferida por todos os membros do domicílio. Ambos conceitos resumem uma série de fatores operantes sobre os membros da família, tais como os níveis de ocupação e de rendimento, auferidos de maneira formal ou informal, mas cujos efeitos sejam rateados ou agregados pelo número total de moradores (BARROS et al., 1996).

A questão central aqui ensejada é como melhorar o monitoramento das condições de vida da nossa população. Como avaliar o desempenho social e econômico dispendo apenas dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), cujo conhecimento ficam, em média, 18 meses defasados em relação dos instantes mensurados? Por exemplo, hoje estamos há quase dois anos desde a última fotografia nacional tirada a partir da Pnad. O aumento de velocidade é um requisito necessário para poder traçar um sistema de avaliação de metas sociais operativo. Isto inclui tanto sistemas gerenciais feitos no âmbito das administrações públicas, como o acompanhamento das flutuações da miséria por parte da sociedade. Do ponto de vista das empresas privadas que querem se adequar as flutuações do ciclo de negócios para nichar a sua demanda, a urgência requerida não é menor. Função destas necessidades propomos lançar mão do processamento dos microdados da PME, que, graças a sua

agilidade, nos permite diminuir a defasagem de 18 para cerca de 3 meses (NERI; CONSIDERA,1996).

Além do benefício pelo aumento da velocidade de difusão da informação, a utilização de dados da PME/IBGE em bases mensais permite captar, em detalhe temporal, a operação dos determinantes da distribuição de renda do trabalho observados no Brasil. As séries de média da renda domiciliar per capita e de desigualdade captadas pelo índice Gini, apresentadas nos gráficos 1 e 2 a seguir, e detalhadas mais adiante, indicam que a maior parte do crescimento da renda do trabalho *per capita* das classes mais pobres observado nos primeiro quatro anos se deu entre março e junho de 2004, mas que segue de maneira ininterrupta desde então².

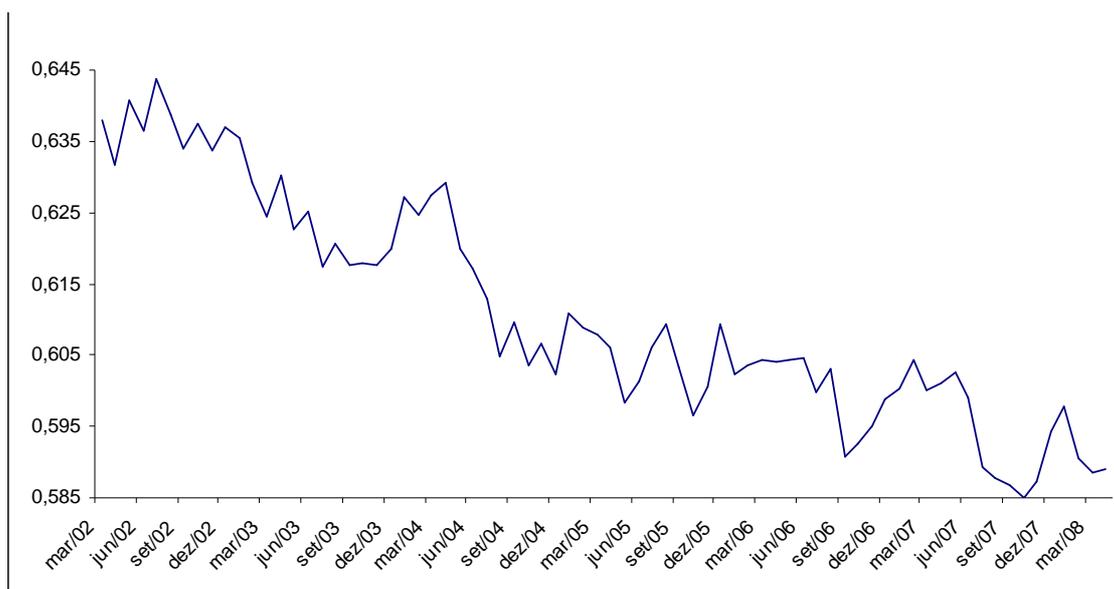
GRÁFICO 1 - Séries de miséria



Fonte: CPS/IBRE/FGV a partir dos microdados da PME/IBGE.

² Os dados da parcela de renda apropriada pelos três grupos analisados indicam que a grande queda de desigualdade de 2004 ocorreu entre abril e junho daquele ano. Antes de creditarmos as mudanças ao reajuste do salário mínimo, cabe lembrar que ele foi bastante reduzido em termos reais, fazendo crer que foram outros os fatores, e não o efeito-salário mínimo, que geraram a redução da desigualdade de renda em 2004. Complementarmente, a série mensal demonstra que o reajuste de 9% real dado em maio de 2005 ao salário mínimo e o de cerca de 13% real concedido em abril de 2006 fornecem evidências relevantes. Para aqueles que presenciaram os efeitos dos reajustes do salário mínimo NA DÉCADA DE 90, como o de maio de 1995, sobre dados similares, os resultados indicam uma perda de sincronia entre aumentos do mínimo e redução de pobreza.

GRÁFICO 2 - Evolução da desigualdade pelo índice Gini



Fonte: CPS/IBRE/FGV a partir dos microdados da PME/IBGE.

Mal comparando, se os cientistas sociais fossem astrônomos e a distribuição de renda um corpo celeste em movimento, a Pnad seria um supertelescópio situado no lugar certo para registrar a passagem do astro. Porém, para precisar os determinantes da trajetória de indicadores sociais com base em rendas, como a de pobreza e a de desigualdade de renda, precisamos de algo mais do que fotografias do fenômeno em anos distintos, como as fornecidas pela comparação das Pnads ao longo do tempo. Seria preciso utilizar uma espécie de filme gerado com base numa série de fotografias mensais, como as oferecidas pela PME, que permitem identificar o efeito de mudanças discretas sobre variáveis de políticas, como mudanças abruptas na taxa de juros, na taxa de câmbio ou, de maneira mais contundente, o papel dos reajustes do salário mínimo (NERI, 1995).

Em terceiro lugar, a PME usa a metodologia de painel rotativo similar àquela adotada pelo Current Population Survey (CPS) americano, que permite acompanhar as informações dos mesmos indivíduos e de suas famílias durante algumas observações consecutivas. Ou seja, na nossa analogia cinematográfica, não estamos apenas acompanhando a estória agregada da sociedade ou de subgrupos delas, mas elaborando filmes de cada pessoa na amostra. Em particular, exploramos aqui dados observados em março, abril, maio e junho de cada ano. Esse período é de especial interesse para identificar os efeitos do salário mínimo de cada ano e a rápida redução de pobreza e de desigualdade ocorrida em 2004, supramencionada. A abordagem usada neste trabalho

consiste em calcular as probabilidades de transição para dentro e para fora da pobreza trabalhista, bem como as de não-transição entre quatro meses consecutivos. Os microdados nos permitirão diferenciar indivíduos mais afetados pelo salário mínimo (incluindo o de 2006) e recuperar as respectivas trajetórias de renda do trabalho domiciliar *per capita* (BARROS et al., 1996).

Finalmente, é importante chamar a atenção para duas limitações da PME, a saber: ela deixa de fora outras rendas não-trabalho, como as advindas de transferência governamentais de programas para pobres e de juros para os grupos com estoque de riqueza financeira, além de ela só cobrir as seis áreas metropolitanas do Brasil. Ou seja, a pesquisa só fornece evidências do trabalho metropolitano (RAMOS; BRITO, 2003).

3. MÉDIA, DESIGUALDADE E MISÉRIA

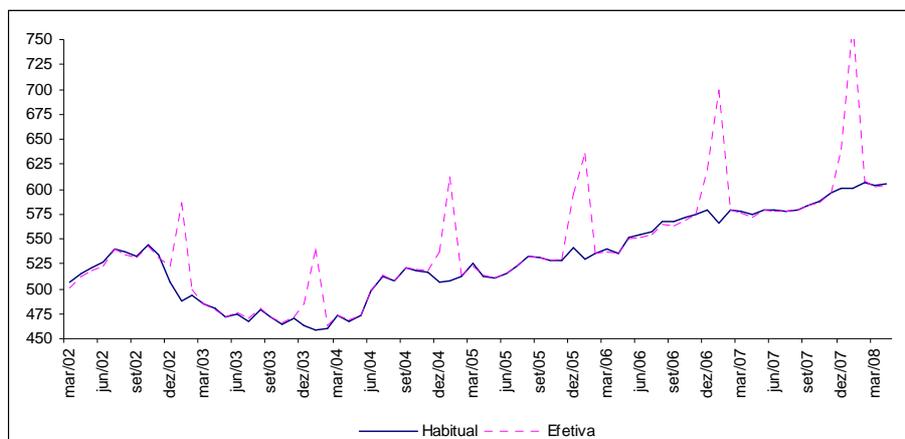
MÉDIA

O conceito habitual ou normal suaviza flutuações transitórias da renda tal como aquela advinda do décimo terceiro salário, do bônus de férias e de horas extras feitas de maneira excepcional. O conceito de renda efetiva também pesquisado pela PME apresenta marcadas flutuações sazonais na passagem de cada ano como o gráficos ilustram, mas fora estes picos as séries de dados são relativamente próximos³. Optamos por trabalhar aqui com o conceito habitual de renda pois além de eliminar flutuações erráticas o que pode viesar para cima as medidas de mobilidade a serem discutidas mais a frente. Uma vantagem deste conceito é a de ser também usado pela PNAD permitindo comparabilidade direta dos resultados com a principal base de dados do sistema de pesquisas domiciliares brasileiras.

³ Neri (1996) detalha as diferenças entre os dois conceitos a partir da comparação entre a PME coletada entre 1980 e idos de 1982 antes da primeira reformulação. Um outro ponto é que o conceito habitual tende a estar vinculado ao mês em curso da pesquisa enquanto o efetivo ao mês anterior. Neste sentido o conceito efetivo seria mais adequado como indicador líder da PNAD. Por outro lado, o conceito efetivo de renda é o que se adequa as séries da PME entre 1982 e 2002, antes da segunda reforma.

GRÁFICO 3 - Evolução da Média de Renda Per Capita – 15 a 60 anos

Renda Efetiva x Habitual

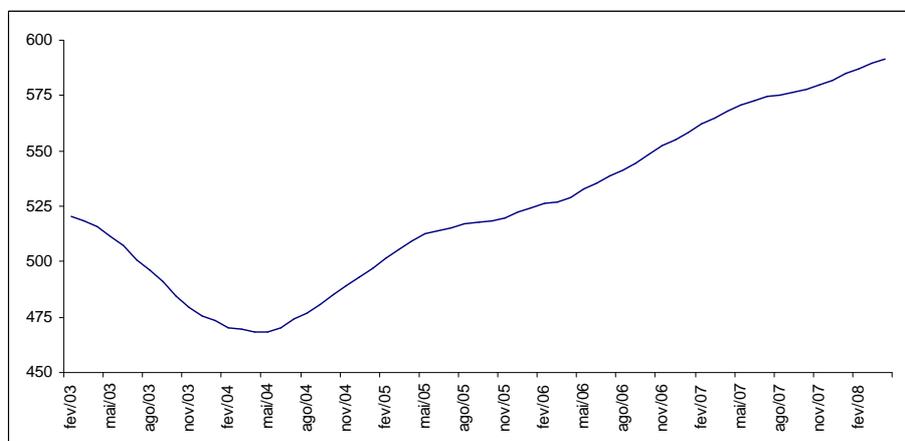


Fonte: CPS/IBRE/FGV, com base nos microdados da PME/IBGE.

Uma primeira abordagem é a de olhar para a evolução da distribuição de renda no sentido estatístico, aí incluindo a evolução da média e da desigualdade de renda per capita habitual. Optamos por apresentar os gráficos em média móvel para isolar melhor as tendências. A média de renda dá continuidade a trajetória de expansão já observada do fim da recessão de 2003, como já os dados mensais acima já sugeriam. A taxa de crescimento médio no período de abril de 2003 a abril de 2008 de renda per capita, portanto já descontando o crescimento populacional, é de 5% ao ano. Se isolamos o período pós-abril de 2004 esta taxa atinge 6,5% ao ano, mais uma vez já descontado o crescimento populacional.

GRÁFICO 4 - Evolução da Média de Renda Per Capita - 15 a 60 anos

Renda Habitual – Média Móvel de 12 Meses



Fonte: CPS/IBRE/FGV, com base nos microdados da PME/IBGE.

TABELA 1 - Renda Per Capita do Trabalho – 15 a 60 anos
6 Regiões Metropolitanas brasileiras

Nível (R\$)

	RENDA PER CAPITA – R\$
abr/02	514,85
abr/03	480,51
abr/04	467,47
abr/05	513,04
abr/06	536,07
abr/07	574,69
abr/08	605,42

Evolução

	RENDA PER CAPITA		
	M Móvel		
	Varição (%)	Varição (%)	Diferença (R\$)
Evolução Anual (12 Meses)			
abril 03 / abril 02	-6,67		-34,34
abril 04 / abril 03	-2,71	-9,20	-13,04
abril 05 / abril 04	9,75	8,78	45,57
abril 06 / abril 05	4,49	3,87	23,03
abril 07 / abril 06	7,20	7,39	38,62
abril 08 / abril 07	5,35	4,14	30,73
Evolução Acumulada (desde 2002)			
abril 08 / abril 03	26,00	14,75	124,91
abril 08 / abril 04	29,51	26,37	137,95
abril 08 / abril 05	18,01	16,17	92,38
abril 08 / abril 06	12,94	11,84	69,35
abril 08 / abril 07	5,35	4,14	30,73

Critério: Renda Per Capita Habitual

Fonte: CPS/IBRE/FGV, com base nos microdados da PME/IBGE.

Assim como na renda per capita, a renda domiciliar total também apresenta queda nos dois primeiros anos, especialmente entre 2002 e 2003, quando cai 8,74%. Em 2008, encontramos o maior nível de toda a série (R\$ 1957), 24,76% acima do nível apresentado em 2004.

TABELA 2 - Renda Domiciliar do Trabalho – 15 a 60 anos
6 Regiões Metropolitanas brasileiras

Nível (R\$)

	RENDA DOMICILIAR – R\$
abr/02	1784,08
abr/03	1628,11
abr/04	1568,47
abr/05	1704,74
abr/06	1770,08
abr/07	1886,36
abr/08	1956,90

Evolução

RENDA DOMICILIAR		
MM		
Varição (%)	Varição (%)	Diferença (p.p.)
Evolução Anual (12 Meses)		
abril 03 / abril 02	-8,74	-155,97
abril 04 / abril 03	-3,66	-10,00
abril 05 / abril 04	8,69	7,91
abril 06 / abril 05	3,83	3,31
abril 07 / abril 06	6,57	116,28
abril 08 / abril 07	3,74	70,54
Evolução Acumulada (desde 2002)		
abril 08 / abril 02	9,69	172,82
abril 08 / abril 03	20,19	328,79
abril 08 / abril 04	24,76	388,43
abril 08 / abril 05	14,79	252,16
abril 08 / abril 06	10,55	186,82
abril 08 / abril 07	3,74	70,54

Critério: Renda Habitual

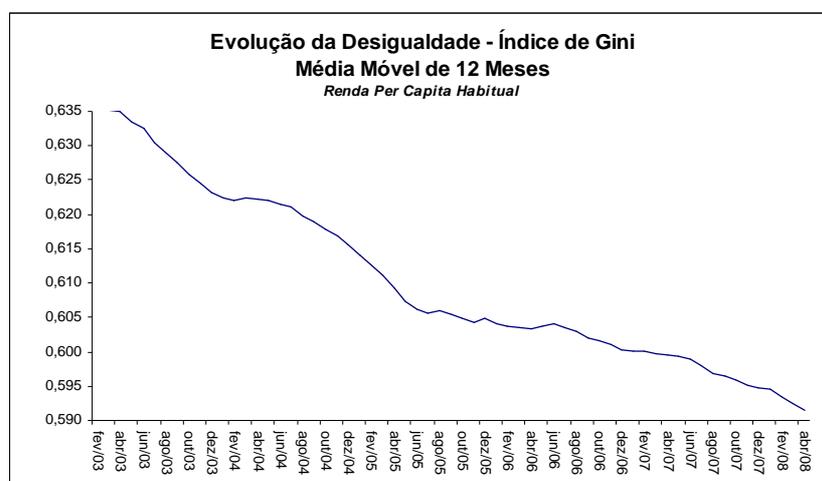
Fonte: CPS/IBRE/FGV, com base nos microdados da PME/IBGE.

DESIGUALDADE

Antes da análise das medidas de desigualdade cabe frisar que além da menor abrangência geográfica e de conceito de renda utilizados, o conceito de renda per capita usada inclui as rendas nulas o que é de fundamental importância para as medidas de desigualdade. No caso da medida mais popular usada o índice de Gini que varia de 0 a 1 confere pesos as rendas em ordem inversa ao ranking da mesmas. Ou seja, o sujeito mais rico da sociedade recebe o menor dos pesos que sobe paulatinamente a medida que caminhamos em direção as menores rendas. Neste sentido a pessoa que tem renda 0 deveria receber o maior dos pesos e não o menor, peso nulo, quando implicitamente os desconsideramos na análise. Feitas estas ressalvas metodológicas a desigualdade de renda também apresenta marcada retração, esta durante toda a série. O índice de Gini cai de 0,627 em abril de 2002 para 0,584 em abril de 2008 o que é considerável dada escala de variação do índice de Gini, em particular no contexto brasileiro. O índice de Gini de rendas de per capita de todas as fontes fica estagnado em torno de 0,6 entre os censos de 1970 e de 2000. A única mudança expressiva de natureza permanente observada nas séries estatisticamente documentadas do país foi o famoso aumento dos anos 60 quando o índice de Gini da renda individual sobe cerca de 0,07 ponto em uma década. Guardadas as diferenças conceitual e geográfica, para efeito de comparação esta

queda absoluta em seis anos 0,0426 está exatamente no mesmo ritmo daquela conhecida queda dos anos 60.

GRÁFICO 5



Fonte: CPS/IBRE/FGV, com base nos microdados da PME/IBGE.

TABELA 3 - Desigualdade Trabalhista - População Total
(6 Regiões Metropolitanas brasileiras)

Nível

	GINI
abr/02	0,6270
abr/03	0,6284
abr/04	0,6258
abr/05	0,6036
abr/06	0,6011
abr/07	0,5963
abr/08	0,5844

Evolução

	GINI		
	M. Móvel		
	Variação (%)	Variação (%)	Diferença (p.p.)
Evolução Anual (12 meses)			
abr/03 / abr/02	0,22		0,001
abr/04 / abr/03	-0,40	-2,17	-0,003
abr/05 / abr/04	-3,56	-2,10	-0,022
abr/06 / abr/05	-0,41	-1,12	-0,002
abr/07 / abr/06	-0,80	-0,82	-0,005
abr/08 / abr/07	-2,00	-1,33	-0,012
Evolução Acumulada (desde 2002)			
abr/08 / abr/02	-6,79		-0,043
abr/08 / abr/03	-7,00	-7,32	-0,044
abr/08 / abr/04	-6,62	-5,26	-0,041
abr/08 / abr/05	-3,18	-3,23	-0,019
abr/08 / abr/06	-2,78	-2,13	-0,017
abr/08 / abr/07	-2,00	-1,33	-0,012

Critério: Renda Per Capita Habitual

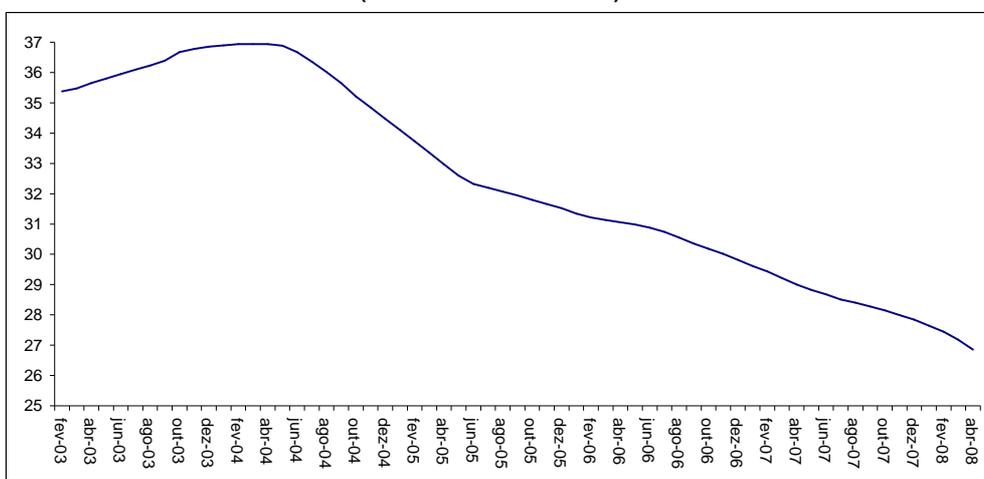
Fonte: CPS/IBRE/FGV, com base nos microdados da PME/IBGE.

MISÉRIA

A distribuição de renda e a miséria trabalhista melhoram função tanto do crescimento acelerado da média de renda como da redução da desigualdade de renda. Apresentamos abaixo estimativas da miséria trabalhista metropolitana usando a linha de miséria de 135 reais mês por pessoa a preços da Grande São Paulo ajustada por diferenças espaciais de custo de vida do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getulio Vargas (Neri 2006 e Ferreira, Lanjouw e Neri 2003).

GRÁFICO 6

Miséria Trabalhista (Média Móvel de 12 Meses)



Fonte: CPS/IBRE/FGV, com base nos microdados da PME/IBGE.

TABELA 4 - Miséria Trabalhista - População Total
(6 Regiões Metropolitanas brasileiras)

Nível

	Taxa de MISÉRIA
abr/02	34,93
abr/03	37,13
abr/04	37,17
abr/05	32,58
abr/06	31,61
abr/07	29,09
abr/08	25,16

Evolução

Taxa de MISÉRIA M. Móvel			
	Variação (%)	Variação (%)	Diferença (p.p.)
abril 03 / abril 02	6,31		2,20
abril 04 / abril 03	0,11	3,60	0,04
abril 05 / abril 04	-12,34	-10,74	-4,59
abril 06 / abril 05	-2,99	-5,81	-0,98
abril 07 / abril 06	-7,97	-6,61	-2,52
abril 08 / abril 07	-13,50	-7,42	-3,93
abril 08 / abril 02	-27,97		-9,77
abril 08 / abril 03	-32,24	-24,70	-11,97
abril 08 / abril 04	-32,31	-27,31	-12,01
abril 08 / abril 05	-22,78	-18,56	-7,42
abril 08 / abril 06	-20,39	-13,54	-6,45

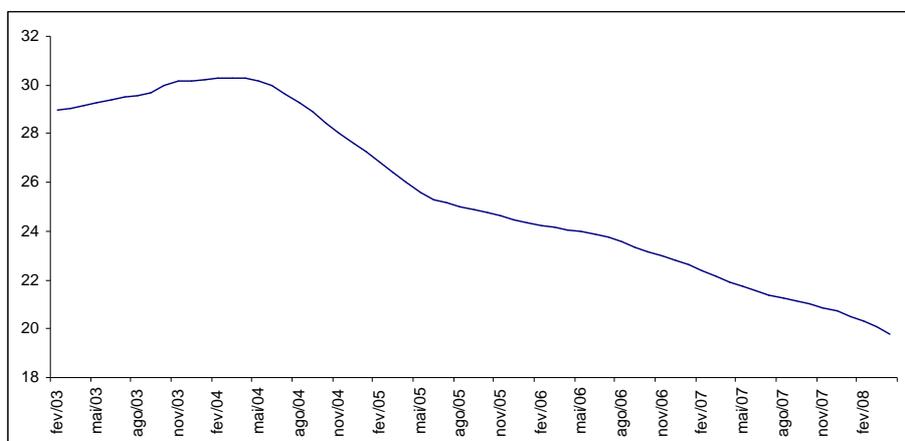
Critério: Renda Per Capita Habitual

Fonte: CPS/IBRE/FGV, com base nos microdados da PME/IBGE.

MISÉRIA NA FAIXA DE 15 a 65 ANOS

Em função da nossa classificação se basear em renda do trabalho, restringimos a análise à renda domiciliar, per capita e total, ao grupo em idade ativa de 15 a 60 anos de idade, esta restrição adicional nos ajuda a tornar os níveis mais próximos do que se esperaria numa análise de pobreza e em especial a análise das transições entre estratos sociais mais permanentes. Usamos também a linha de miséria de 135 reais mês por pessoa a preços da Grande São Paulo de hoje conforme já tradicionalmente usada no Centro de Políticas Sociais da Fundação Getulio Vargas. A miséria entre abril de 2004 quando atingia 30.45% e abril de 2008 passa a 18.39%. Isto corresponde uma queda de - 39% neste grupo etário de 15 a 60 anos contra uma queda de -32.11% para a população como um todo.

GRÁFICO 7
Miséria Trabalhista – 15 a 60 anos
Média Móvel de 12 Meses



Fonte: CPS/IBRE/FGV, com base nos microdados da PME/IBGE.

TABELA 5 - Miséria Trabalhista – 15 a 60 anos
6 Regiões Metropolitanas brasileiras

Nível

Taxa de MISÉRIA	
abr/02	28,64
abr/03	30,46
abr/04	30,45
abr/05	25,42
abr/06	24,55
abr/07	21,72
abr/08	18,39

Evolução

Taxa de MISÉRIA			
M Móvel			
	Variação (%)	Variação (%)	Diferença (p.p.)
Evolução Anual (12 meses)			
abril 03 / abril 02	6,34		1,82
abril 04 / abril 03	-0,04	3,71	-0,01
abril 05 / abril 04	-16,51	-14,09	-5,03
abril 06 / abril 05	-3,42	-7,35	-0,87
abril 07 / abril 06	-11,54	-8,96	-2,83
abril 08 / abril 07	-15,30	-9,78	-3,32
Evolução Acumulada (desde 2002)			
abril 08 / abril 02	-35,78		-10,25
abril 08 / abril 03	-39,61	-32,20	-12,06
abril 08 / abril 04	-39,59	-34,62	-12,05
abril 08 / abril 05	-27,64	-23,90	-7,03
abril 08 / abril 06	-25,08	-17,87	-6,16
abril 08 / abril 07	-15,30	-9,78	-3,32

Critério: Renda Per Capita Habitual

Fonte: CPS/IBRE/FGV, com base nos microdados da PME/IBGE.

4. DEFININDO A CLASSE MÉDIA

Definir classe média é como definir um elefante, se você nunca viu um fica difícil visualizá-lo. Existem pelo menos duas perspectivas para se conceituar Classe Média. Uma primeira é pela análise das atitudes e expectativas das pessoas. A sondagem do consumidor divulgada pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas em bases mensais para o Brasil segue nesta direção. Este tipo de abordagem que foi bastante desenvolvido nos anos 50 e 60 por George Katona, psicólogo behaviorista que tinha no economista James Tobin, um de seus grandes admiradores. Seguindo, nesta linha, Thomas Friedman, colunista internacional do New York Times em seu recente best-seller “O Mundo é Plano” define classe média mais do que pelo nível de vida e de renda presente, mas o esperar estar numa posição melhor no futuro. Esta mobilidade social estrutural social-ascendente seria algo como realizar o similar em cada país do chamado “sonho americano”, da possibilidade de ascensão social.

Complementarmente propomos (mas não divulgamos aqui) o uso de medidas de qualidade de vida extraídas da nova linha de *surveys* como o Gallup World Poll, o similar da IPSOS cuja uma das vantagens é a alta comparabilidade internacional por aplicar o mesmo questionário a um número grande de países. Esta vantagem também é compartilhada por *surveys* feitos em bases regionais, o LatinoBarômetro na América Latina e o EuroBarômetro no velho continente. Em particular, propomos o uso de medidas diretas tais como a expectativa de felicidade cinco anos no futuro em comparação com o nível de felicidade presente. Isto é feito através de perguntas onde a pessoa atribui diretamente nota subjetiva de 0 a 10 sobre a sua respectiva satisfação com a vida. Este tipo de análise recai sobre o Índice de Felicidade Futura (IFF) desenvolvido por nós em projeto para o Banco Inter-Americano de Desenvolvimento (BID) a partir de uma amostra de mais de 132 países cobertas pelos microdados do Gallup World Poll de 2006. Este índice será lançado em breve. O que podemos antecipar é que os dados indicam que a classe média no Brasil medida pelo diferencial entre o nível presente e futuro de felicidade é alta vis a vis outros países.

A segunda maneira de se definir as classes sociais (E, D, C, B2, B1, A2 e A1) é pelo potencial de consumo tal como no chamado Critério Brasil na qual a classe média é aquela chamada de Classe C. Esta estratificação é implementada a partir do impacto de bens sobre medidas de acesso a bens duráveis e seu respectivo número (TV, rádio, lavadora, geladeira e freezer, vídeo-cassete ou DVD), banheiros, empregada doméstica, e nível de instrução do chefe de família⁴. Este critério estima os pesos a partir de equação minceriana (log da renda familiar total). O CPS propõe conceituação complementar para medir a evolução da nova classe média no Brasil também do ponto de vista do produtor. Ou seja, da capacidade de manter de fato este potencial de consumo ao longo do tempo. Neste trabalho ainda inédito além de testarmos a medição da classe média a partir da combinação de elementos como renda e acesso a bens de consumo tradicionalmente utilizada, propomos medir a classe média a partir da capacidade de geração e manutenção da riqueza a prazo mais longo. No primeiro elemento temos acesso a universidade pública ou privada, acesso a escola de qualidade (privada?), a elementos da era da Tecnologia da Comunicação e da Informação como computadores conectados a internet e além da renda corrente, a renda permanente estimada a partir de características sócio-demográficas fixas (como sexo, idade, região etc mas especialmente estoque de educação). Já no aspecto de manutenção a prazo mais longo da situação financeira familiar temos desde acesso a emprego formal que garante um nível de proteção social maior, acesso a previdência privada, acesso a crédito imobiliário, posse legal de casa própria (com padrão mínimo de qualidade: banheiros, tipo de construção etc), seguro-saúde. Este tipo de preocupação com educação e inserção ocupacional consta em critérios aplicados na Inglaterra, Portugal e Índia. O aspecto inovador da metodologia é a sua capacidade de olhar para aspectos simbólicos da classe média tais como a carteira de trabalho, a entrada na universidade ou na era da informática e aliarmos a aspecto de status social ligados a demanda privada por bens que eram monopólio do Estado como previdência, escola, saúde e crédito imobiliário. Outra é a capacidade de mensurar em escala nacional cada componente citado, estudar a sua interação e a agregação dos mesmos em índices sintéticos do tamanho de da distribuição da classe média, mergulhar nos detalhes da sua determinação (por,

⁴ Estas variáveis são medidas pelo Censo demográfico o que facilita a espacialização do poder de compra das famílias mas não é bem coberta pela PNAD por exemplo. No modelo hierárquico de imputação de rendas faltantes no Censo desenvolvido pelo IBGE e incorporado nos microdados do Censo 2000 instrução da pessoa de referencia do domicílio e o numero de banheiros são as duas variáveis mais relevantes selecionadas.

exemplo, ir além da estatística de acesso a educação mas ver quanto se paga pela mesma), agregar a interação dos diversos componentes e monitora-los ao longo do tempo.

Na presente pesquisa exploramos alguns aspectos comuns a definição associados as duas linhas acima colocadas como a geração de renda do trabalho e a mobilidade trabalhista.

QUANTIFICANDO O TAMANHO DOS ESTRATOS SOCIAIS

Ao contrário de análises da distribuição de renda relativa onde mapeamos a parcela relativa de cada grupo na renda total (como, por exemplo, os 10% mais ricos que se apropriam de quase 50% da renda etc) nos fixamos aqui neste estudo na parcela da população que está acima de determinados parâmetros fixados para todo o período. Ou seja, estamos preocupados com a renda absoluta de cada pessoa. A presente abordagem é similar àquela usada na análise de pobreza absoluta, só que estamos preocupados também com outras fronteiras como aquelas que determinam a entrada na classe média e a saída deste grupo para o de elite. Na abordagem relativa pura a soma das partes dá 100% de algo relativo ao mês, enquanto na abordagem absoluta aplicada aos diversos segmentos da pirâmide social são referendados a um valor absoluto válido para todos os meses. Estes valores absolutos são parâmetros do que é estar na miséria, num grupo intermediário entre a miséria e a classe média, os remediados, o grupo de classe média e a elite. Como estamos trabalhando com um período de forte crescimento da renda média as duas abordagens, a relativa e a absoluta apresentam resultados bastante diferenciados. cada uma destas situações tendem a acontecer no começo e no fim do período respectivamente. Fazendo uma analogia, na análise distributiva relativa estamos num gráfico de pizza de tamanho fixo onde para um grupo ganhar, outro tem de diminuir. Na análise absoluta aqui utilizada, além da dança distributiva, o tamanho de pizza pode mudar. O que está por traz do resultado é que além dos de renda mais baixa terem se apropriado de uma maior parcela relativa da pizza (a redução da desigualdade), a mesma aumentou de tamanho (o crescimento). Passou digamos de um tamanho brotinho para média, ou para os que sempre acham que o copo está sempre meio cheio, de pizza média para a grande. Na presente análise estamos preocupados não só na parcela

relativa, mas seguindo a analogia na quantidade de pizza apropriada por cada estrato da sociedade.

Em função da nossa classificação se basear em renda do trabalho, restringimos a análise à renda domiciliar, per capita e total, ao grupo em idade ativa de 15 a 60 anos de idade, esta restrição adicional nos ajuda a tornar os níveis e em especial a análise das transições entre estratos sociais mais permanentes.

5. MUDANÇAS NO BOLO DISTRIBUTIVO

A principal característica da abordagem aqui utilizada é o seu nível de desagregação em três grupos de renda, olhamos a posição relativa inicial em 2002 para depois aprofundar a análise dos respectivos movimentos. A elite (o décimo mais rico que se apropria de quase metade da renda *per capita*); a metade mais pobre aí incluindo tanto os miseráveis como os que estão exatamente acima que se apropria de um décimo da renda nacional (9,95%); e os 40% intermediário, cuja parcela na população e na renda praticamente coincide (39,78%), constituindo, assim, um país de renda média, similar ao Peru, e inserido entre a rica Bélgica e a pobre Índia⁵. Heuristicamente, investigamos aqui as migrações entre estes diferentes Brasis, estamos preocupados em quantificar quais são os estratos da população habitando em determinadas condições de vida pré-fixadas e na sua evolução ao longo do tempo.

Transformando uma longa estória abaixo descrita em números objetivos temos abaixo os limites das Classes Sociais medidas em renda domiciliar total de todas as fontes por mês. (a explicação vem logo a seguir):

⁵ Sob esse aspecto, a distribuição de renda do trabalho metropolitano da PME é mais concentrada do que a da Pnad nacional em todas as fontes de rendimento.

Definição das Classes Sociais

Renda Domiciliar Total de Todas as Fontes

	<i>Limites</i>	
	<u>Inferior*</u>	<u>Superior</u>
Classe E	0	768
Remediado - D	768	1064
Classe Média - C	1064	4591
Elite – A e B	4591	

* *inclusive*

Definimos os limites das Classes sociais começando pela definição de miséria tal como calculada tradicionalmente pelo Centro de Políticas Sociais (Ferreira, Neri e Lanjouw (2003) e Neri (2006)). A renda domiciliar total deste grupo corresponde ao intervalo entre 0 e 768 reais mês dada a existência de 4,31 pessoas nestes domicílios e da renda de outras fontes fora trabalho representar cerca de 24,2% da renda deste grupo. Esta é nomeada aqui como Classe E.

A renda dos demais grupos foi definida a partir de pontos focais da distribuição de renda domiciliar per capita para o período todo da nova Pesquisa Mensal do Emprego de 2002 a 2006, pois queremos referências monetárias fixas em termos reais fixas para ter grupos variáveis⁶, qual sejam a mediana e o nono decil que dividem a população a metade, usamos o conceito, mas expressamos o resultado em renda total do domicílio que está mais em sintonia com os institutos de pesquisa que calculam a classe média (vide abaixo). A renda do estrato social mais acima que é um grupo de renda mais alta que os miseráveis chamada de Classe D, vai da linha de miséria até a mediana do período todo que corresponde a 214 reais a preços de hoje por pessoa ou 883,7 reais por domicílio mês. Em suma, a classe D está compreendida entre 768 reais e 1064 de renda domiciliar total de todas as fontes por mês.

⁶ Apresentamos no site da pesquisa cálculos usando a PNAD e a POF, ambas do IBGE, como referência.

A renda da aqui chamada nova classe média, configurada pelo grupo de Classe C vai da mediana de renda de todo período até a linha que separa os 10% mais ricos do resto da população. Em termos per capita isto corresponde a faixa de 214 reais a 923 reais por pessoa mês. Em termos de renda domiciliar total de todas as fontes a Classe C está compreendida no intervalo entre 1064 reais a 4591 reais por mês. Este é o intervalo da Classe média que ocupa o centro da presente análise.

Finalmente, o grupo de Elite formado pelas Classes A e B é dado pelos domicílios cuja renda domiciliar total de todas as fontes por mês supera o limite superior da classe média de 4591 reais por mês. Este é o grupo que diferencia mais a concentração de renda no Brasil frente à de outros países, como os Estados Unidos que não é um país particularmente igualitário.

Segue abaixo a classificação das classes por renda domiciliar per capita do trabalho.

Definição das Classes Sociais

Renda Domiciliar Per Capita do Trabalho

	<i>Limites</i>	
	<u>Inferior*</u>	<u>Superior</u>
Classe E	0	135
Remediado - D	135	214
Classe Média - C	214	923
Elite – A e B	923	

* *inclusive*

As tabelas e os gráficos, mais abaixo, apresentam os níveis e tendências dessas séries.

TABELA 6 - Distribuição Trabalhista – 15 a 60 anos de idade
(6 Regiões Metropolitanas brasileiras)

Nível

	Nova Classe Média		Elite		Classes D e E		Classe D	
	M. Móvel		M. Móvel		M. Móvel		M. Móvel	
	Taxa (%)	Taxa (%)	Taxa (%)	Taxa (%)	Taxa (%)	Taxa (%)	Taxa (%)	Taxa (%)
abr/02	44,19		12,99		42,82		14,18	
abr/03	42,49	43,42	11,59	12,97	45,92	43,61	15,46	14,44
abr/04	42,26	42,80	11,61	11,55	46,13	45,65	15,68	15,40
abr/05	46,70	46,21	12,61	12,57	40,70	41,23	15,28	15,24
abr/06	48,59	48,72	13,60	13,20	37,80	38,09	13,25	14,00
abr/07	48,87	50,11	14,41	14,26	36,73	35,64	15,01	13,71
abr/08	51,89	50,81	15,52	15,19	32,59	33,99	14,20	14,22

Obs: Média Móvel de 12 meses encerrada no período

Fonte: CPS/IBRE/FGV, com base nos microdados da PME/IBGE.

NOVA CLASSE MÉDIA (Classe C)

Em primeiro lugar, e mais importante para os objetivos do estudo a classe média. Este grupo atingia 44.19% da população no começo da série em abril de 2002 passa para 51.89% em abril de 2008 a última observação disponível, configurando um aumento de 17.03% da importância da classe média. Se fixarmos o período inicial para depois da instabilidade de 2002 e da recessão de 2003 e passarmos para abril de 2004 a classe média atingia 42.85 da população e sobe cerca de 18,72% até abril de 2008. Ou seja, um crescimento de quase 4% ao ano acima do crescimento populacional do grupo de referência.

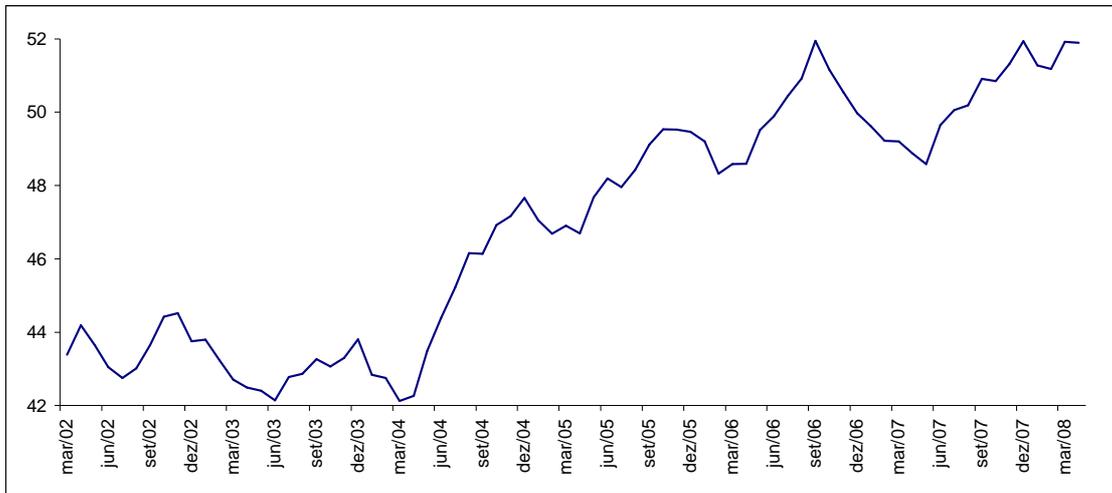
TABELA 7 - Distribuição Trabalhista – 15 a 60 anos de idade
(6 Regiões Metropolitanas brasileiras)

	Classe Média (Classe C)		
	M Móvel		
	Variação (%)	Variação (%)	Diferença (p.p.)
Evolução Anual (12 Meses)			
abril 03 / abril 02	-3,85		-1,70
abril 04 / abril 03	-0,54	-1,42	-0,23
abril 05 / abril 04	10,50	7,96	4,44
abril 06 / abril 05	4,06	5,43	1,90
abril 07 / abril 06	0,57	2,85	0,28
abril 08 / abril 07	6,18	1,41	3,02
Evolução Acumulada (desde 2002)			
abril 08 / abril 02	17,43		7,70
abril 08 / abril 03	22,13	17,03	9,40
abril 08 / abril 04	22,79	18,72	9,63
abril 08 / abril 05	11,12	9,97	5,19
abril 08 / abril 06	6,79	4,30	3,30
abril 08 / abril 07	6,18	1,41	3,02

Fonte: CPS/IBRE/FGV, com base nos microdados da PME/IBGE.

GRÁFICO 8

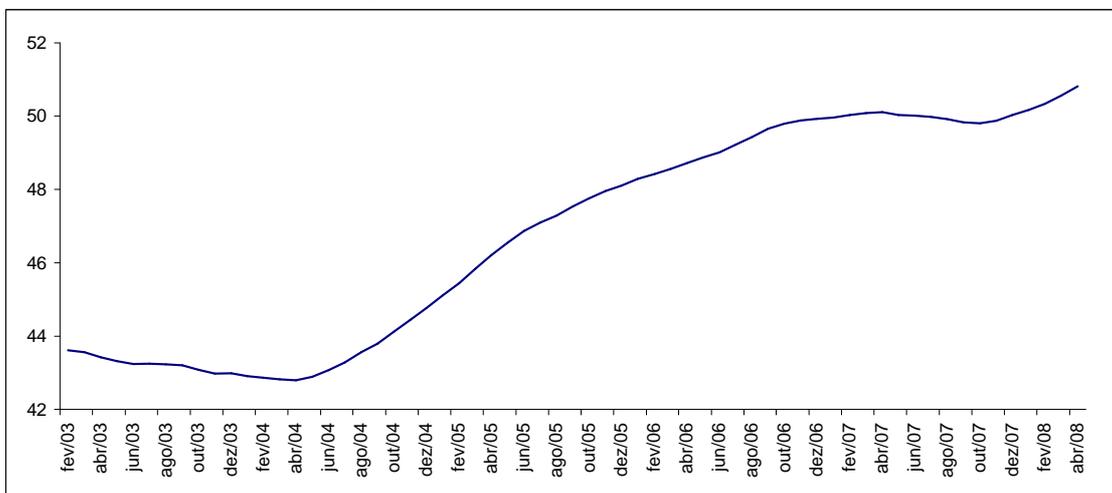
Participação da Classe Média (%) - C
Estrutura de Classes - 15 A 60 anos
Trabalho - 6 Regiões Metropolitanas (Brasil)



Critério: Renda Per Capita Habitual (40% intermediários PME)
Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PME

GRÁFICO 9

Participação da Classe Média (%) - C
Estrutura de Classes - 15 A 60 anos
Trabalho - 6 Regiões Metropolitanas (Brasil) - Média Móvel 12 meses



Critério: Renda Per Capita Habitual (40% intermediários PME)
Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PME

TABELA 8 - ELITE (Classes A e B)

Evolução

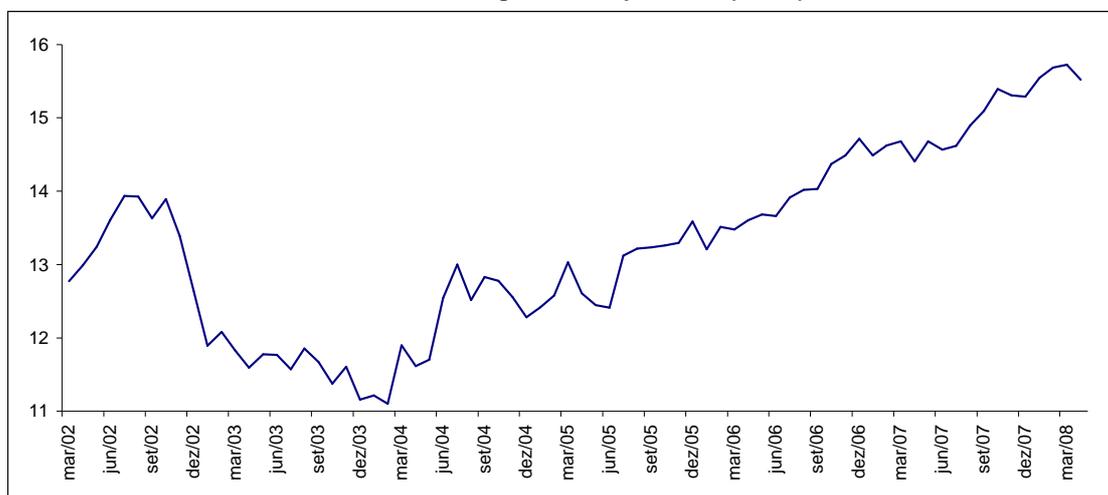
Elite		
M Móvel		
	Varição (%)	Diferença (p.p.)
abril 03 / abril 02	-10,78	-1,40
abril 04 / abril 03	0,19	0,02
abril 05 / abril 04	8,57	0,99
abril 06 / abril 05	7,89	1,00
abril 07 / abril 06	5,90	0,80
abril 08 / abril 07	7,73	1,11
abril 08 / abril 02	19,46	2,53
abril 08 / abril 03	33,89	3,93
abril 08 / abril 04	33,64	3,91
abril 08 / abril 05	23,09	2,91
abril 08 / abril 06	14,09	1,92
abril 08 / abril 07	7,73	1,11

Voltando para o grupo de elite que correspondem às classes A e B dos estudos de potencial de consumo. Este grupo de elite atingia 12,99% da população no começo da série em abril de 2002 passa para 15,52% em abril de 2008, configurando um aumento de 19,46% da importância do grupo refletindo o período de bonanza da classe média.

GRÁFICO 10

Participação da Elite (%) - Classes A e B

Estrutura de Classes - 15 A 60 anos
Trabalho - 6 Regiões Metropolitanas (Brasil)

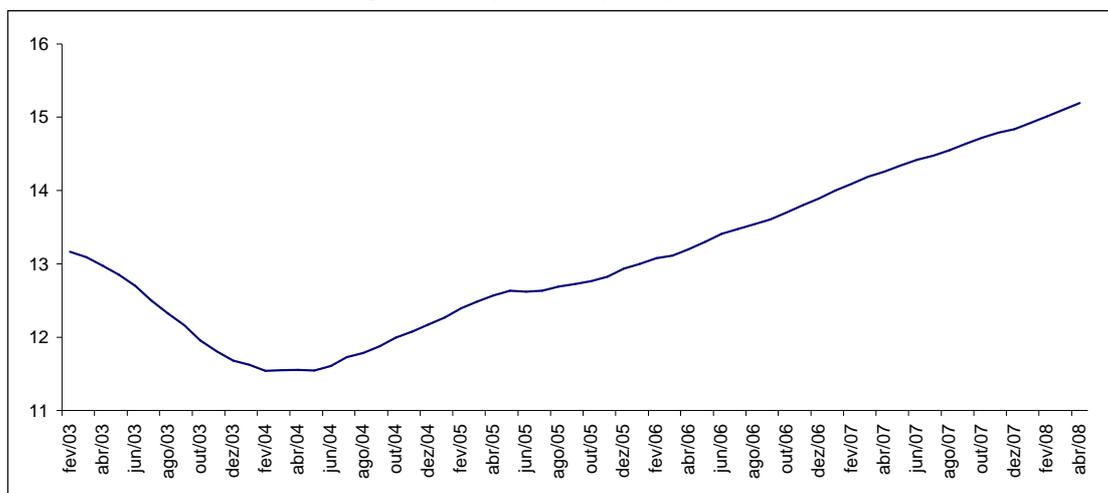


Critério: Renda Per Capita Habitual

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PME

GRÁFICO 11

Participação da Elite (%) - Classes A e B
 Estrutura de Classes - 15 A 60 anos
 Trabalho - 6 Regiões Metropolitanas (Brasil) - Média Móvel 12 meses



Critério: Renda Per Capita Habitual

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PME

TABELA 9 - CLASSES D e E.

	Classe E e Remediados (D)		
	M Móvel		
	Varição (%)	Varição (%)	Diferença (p.p.)
abril 03 / abril 02	7,24		3,10
abril 04 / abril 03	0,45	4,67	0,21
abril 05 / abril 04	-11,78	-9,69	-5,43
abril 06 / abril 05	-7,11	-7,62	-2,89
abril 07 / abril 06	-2,85	-6,43	-1,08
abril 08 / abril 07	-11,26	-4,60	-4,14
abril 08 / abril 02	-23,89		-10,23
abril 08 / abril 03	-29,03	-22,05	-13,33
abril 08 / abril 04	-29,35	-25,53	-13,54
abril 08 / abril 05	-19,92	-17,54	-8,10
abril 08 / abril 06	-13,79	-10,74	-5,21
abril 08 / abril 07	-11,26	-4,60	-4,14

Critério: Renda Per Capita Habitual

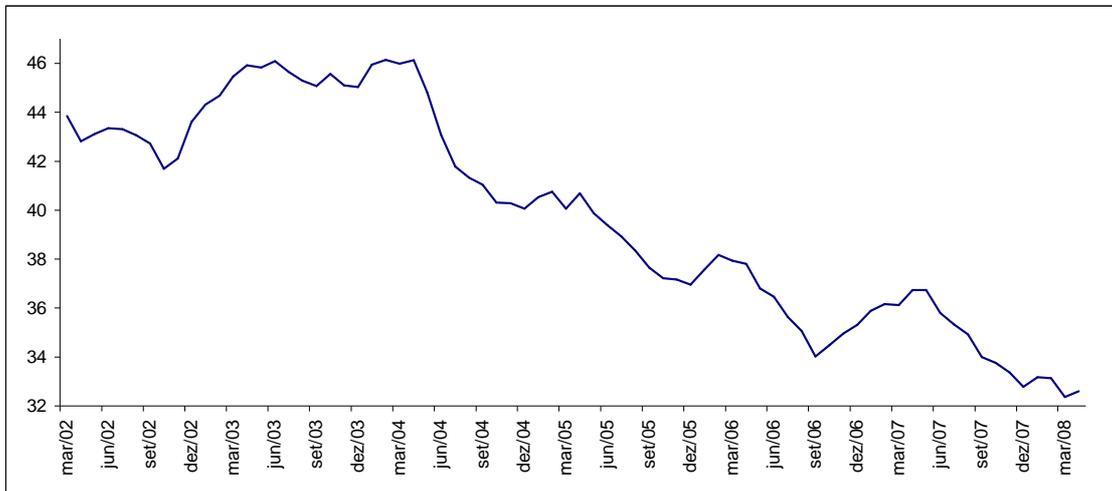
Fonte: CPS/IBRE/FGV, com base nos microdados da PME/IBGE.

Dado o nosso foco em classe média e como já tratamos do grupo de miseráveis na seção do artigo usando a população total como referencia, nos restringimos aqui a soma dos grupos de classes E e D) para depois apresentarmos os dados do grupo D isoladamente. A base da distribuição formada por estes dois grupos correspondia a 42,82% da população em abril de 2002 caindo para 32,59%

GRÁFICO 12

Participação das Classes D e E (%)

Estrutura de Classes - 15 A 60 anos
Trabalho - 6 Regiões Metropolitanas (Brasil)

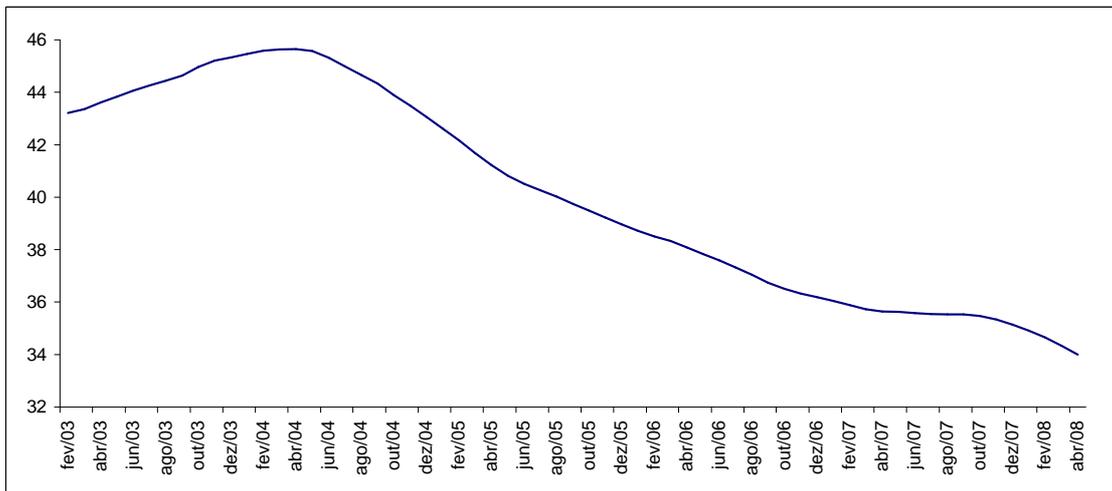


Critério: Renda Per Capita Habitual
Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PME

GRÁFICO 13

Participação das Classes D e E (%)

Estrutura de Classes - 15 A 60 anos
Trabalho - 6 Regiões Metropolitanas (Brasil) - Média Móvel 12 meses



Critério: Renda Per Capita Habitual
Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PME

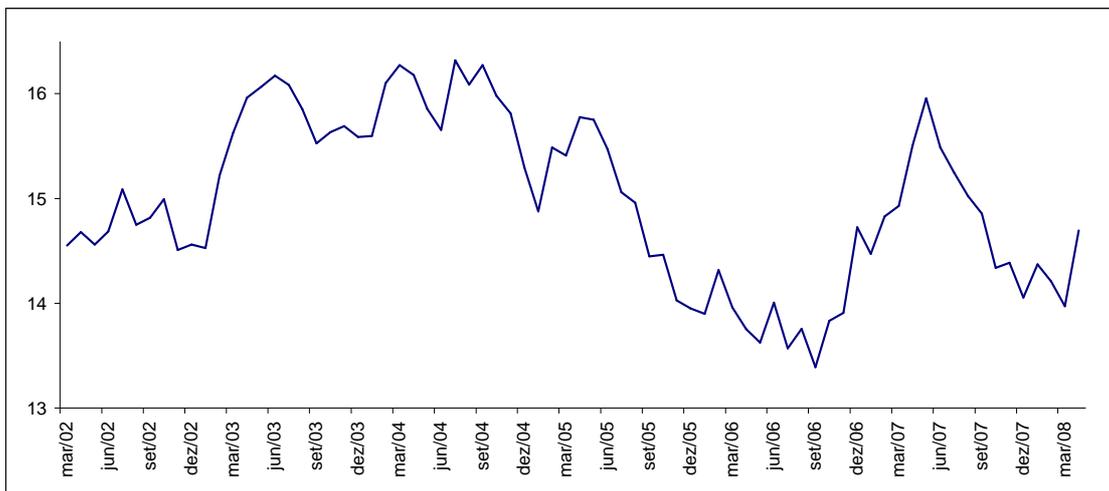
TABELA 10 - Classe D

Remediados			
M Móvel			
	Varição (%)	Varição (%)	Diferença (p.p.)
abril 03 / abril 02	9,05		1,28
abril 04 / abril 03	1,40	6,61	0,22
abril 05 / abril 04	-2,58	-1,05	-0,41
abril 06 / abril 05	-13,24	-8,08	-2,02
abril 07 / abril 06	13,26	-2,08	1,76
abril 08 / abril 07	-5,42	3,68	-0,81
abril 08 / abril 02	0,11		0,02
abril 08 / abril 03	-8,20	-1,56	-1,27
abril 08 / abril 04	-9,47	-7,67	-1,48
abril 08 / abril 05	-7,07	-6,69	-1,08
abril 08 / abril 06	7,12	1,52	0,94
abril 08 / abril 07	-5,42	3,68	-0,81

Ao separarmos da análise, notamos um comportamento mais errático da classe D ao longo do tempo espelhando de maneira inversa a trajetória da Classe Média, o outro grupo intermediário analisado. Como consequência a participação do grupo na população fica constante na comparação dos extremos da série: passa de 14.18% em abril de 2002 para 14.2% em abril de 2008.

GRÁFICO 14

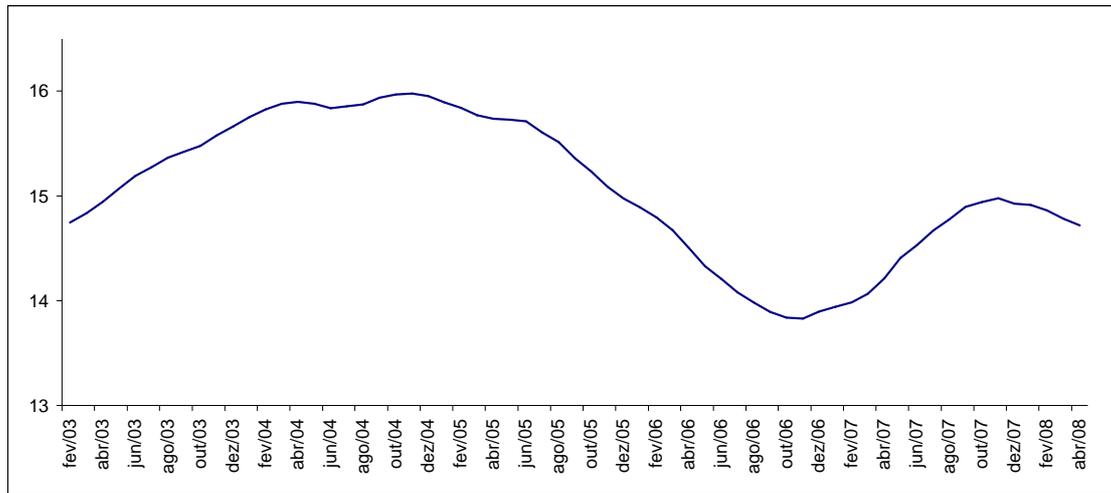
Participação dos Remediados (%) - Classe D
 Estrutura de Classes - 15 A 60 anos
 Trabalho - 6 Regiões Metropolitanas (Brasil)



Critério: Renda Per Capita Habitual
Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PME

GRÁFICO 15

Participação dos Remediados (%) - Classe D Estrutura de Classes - 15 A 60 anos Trabalho - 6 Regiões Metropolitanas (Brasil) - Média Móvel 12 meses



Critério: Renda Per Capita Habitual

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PME

5. A DANÇA DISTRIBUTIVA

A PME usa a metodologia de painel rotativo que busca colher informações nas mesmas residências nos meses t , $t+1$, $t+2$, $t+3$, $t+12$, $t+13$, $t+14$, $t+15$, perfazendo um total de oito entrevistas distribuídas ao longo de um período de 16 meses. A abordagem inicial usada aqui consiste em calcular as probabilidades de transição para dentro e para fora dos quatro grupos da sociedade como a classe média, classes E, D e elite bem como de não-transição entre estes grupos no período de quatro meses consecutivos iniciados em Março de 2002. O último dos grupos analisados começa em janeiro de 2008 e termina em abril de 2008.

O aspecto longitudinal dos dados de renda familiar *per capita* do trabalho nos fornecerá a evidência empírica básica sobre o padrão de mobilidade social observado na prática. Apresentamos inicialmente os dados das pessoas que entram ou saem dos dois estados principais ao longo do tempo qual seja classe média (14,87%) e classe E (11,34%). Isto quer dizer que a cada período de quatro meses de 2002 a 2008 14,87% das pessoas entram ou saem da classe média e outros 11,34% entram ou saem da E. A maior mobilidade em relação à classe média era de se esperar, pois inclui pessoas que sobem dos grupos inferiores para a classe média e desta para grupos superiores assim como as

peças que caem seja dos estratos superiores para a classe média como desta para estratos inferiores. Já as entradas e saídas da classe E só se dão de e para grupos superiores o que gera menores possibilidades de transição em relação os movimentos relativos a classe média que encerra quatro possibilidades de mudanças. A tabela abaixo detalha o índice de mobilidade relativa a cada grupo social e as probabilidades de transição associadas.

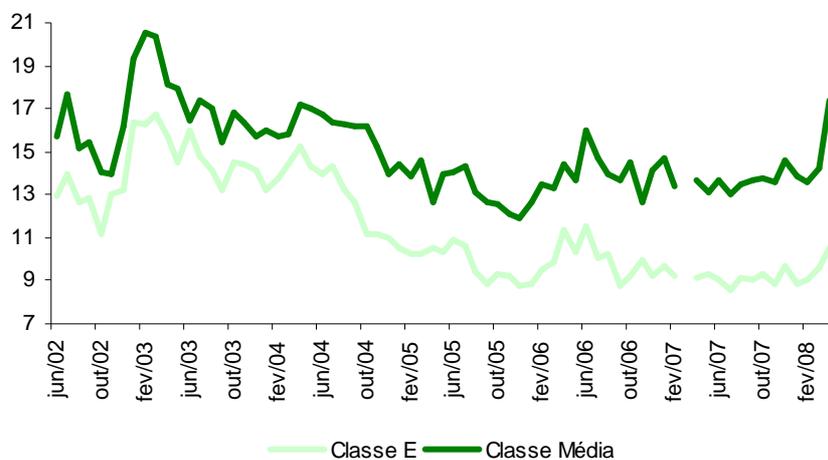
TABELA 11

	Índice de Mobilidade da Classe E	Índice de Mobilidade de Classe Média	Probabilidade de Sair da Classe E	Probabilidade de Entrar na Classe E	Probabilidade de Sair da Classe Média	Probabilidade de Entrar na Classe Média
Total	11,34	14,87	24,47%	6,88%	14,97%	14,76%

Apresentamos abaixo a evolução destes respectivos índices de mobilidade ao longo do tempo. Estas séries revelam que após um aumento associado às instabilidades de 2002 há queda de ambos índices de mobilidade entre os diversos grupos da sociedade até dezembro de 2005, depois as séries apresentam alguma flutuação, mas com marcada tendência de aumento, especialmente na mobilidade da classe média do final de 2007 em diante. Estes dados podem estar captando outra forma de risco no caso de renda que afeta o dia a dia das pessoas. Os picos de mobilidade do final de 2002 e a partir do final de 2007 coincidem com aumentos de incerteza das condições macroeconômicas.

GRÁFICO 16

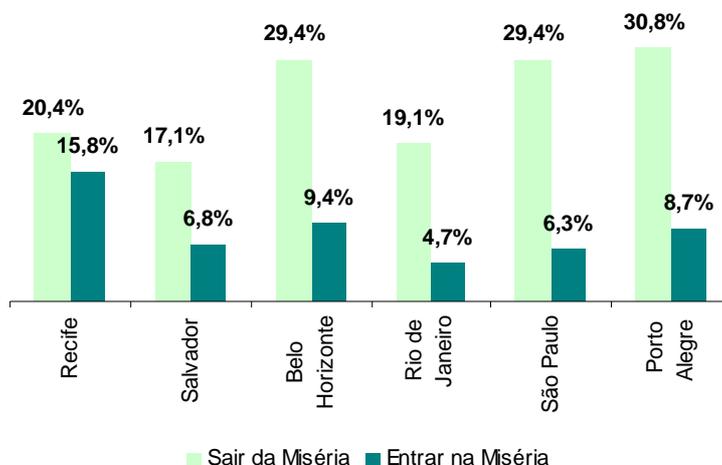
**Índice de Mobilidade Trabalhista (2002 a 2008)
6 Regiões Metropolitanas**



Fonte: CPS/IBRE/FGV, com base nos microdados da PME/IBGE

Na análise relativa de mobilidade social entre regiões metropolitanas Rio de Janeiro e Salvador se apresentam como as menos arriscadas em relação a ambos os segmentos, enquanto as mais arriscadas diferem. Belo Horizonte e Porto Alegre se destacam na soma das probabilidades de entrada e de saída da classe média enquanto Recife se destaca nos movimentos em relação a classe E.

GRÁFICO 16
Índice de Mobilidade Trabalhista (2002 a 2008)
Por Região Metropolitana

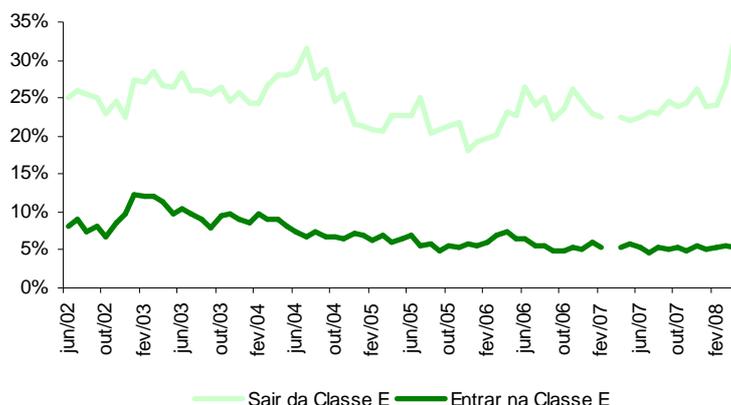


Fonte: CPS/IBRE/FGV, com base nos microdados da PME/IBGE

Ao separarmos os movimentos de entrada e saída de cada estado temos uma visão mais apurada da natureza dos movimentos em questão. Os riscos de entrada na classe E tem caído levemente ao longo do tempo enquanto os riscos de saída além de se situarem em patamares maiores no período flutuam um pouco mais. Cabe ressaltar os dois picos da série de saída da classe E em meados de 2004 na retomada após a recessão de 2003 e o recorde positivo observado já em 2008. Ou seja, seguindo o hexagrama chinês de como o junção de dois trigramas de perigo e oportunidade, 2007 representa paradoxalmente aumento de risco de boas oportunidades.

GRÁFICO 17 - Probabilidade de Transição Trabalhista (2002 a 2008)

6 Regiões Metropolitanas

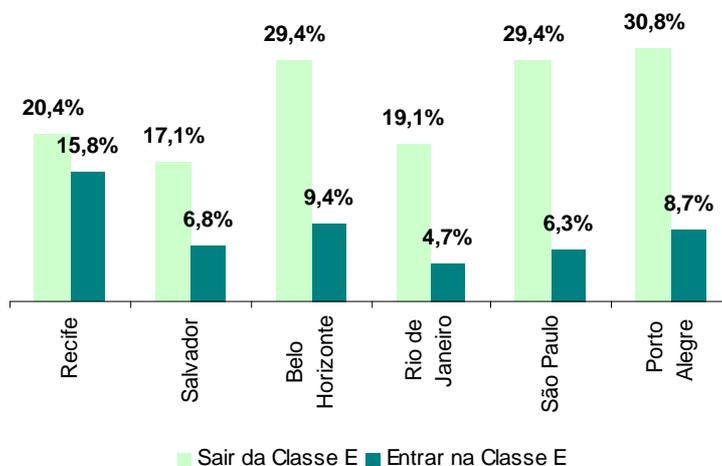


Fonte: CPS/IBRE/FGV, com base nos microdados da PME/IBGE

Voltando aos dados regionais abertos por entrada e saída da cauda inferior de rendimentos. Os riscos dos moradores de Recife em relação a entrada e a saída da classe E no período estão bastante próximos. Em particular, a probabilidade de entrada na E embora menor que a de saída é cerca de três vezes maior que a do Rio a menor e mais de 60% maior que a de Belo Horizonte que tem a segunda maior probabilidade entrada na classe E. No lado positivo, a probabilidade de saída da classe E de Porto Alegre, Belo Horizonte e de São Paulo se situam em patamares bastante superiores a das três outras metrópoles.

GRÁFICO 18 - Probabilidade de Transição Trabalhista (2002 a 2008)

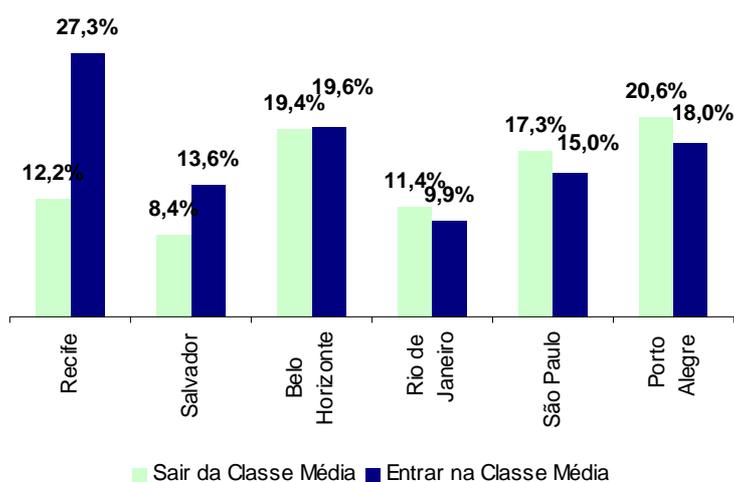
por Região Metropolitana



Fonte: CPS/IBRE/FGV, com base nos microdados da PME/IBGE

Apresentamos abaixo a probabilidade de entrada e saída da classe média por região metropolitana que pela sua bilateralidade é mais complexa de ser analisada que a da E onde á mais claro que quem entra perde e quem sai ganha poder de compra. Brevemente, Recife se destaca com a maior probabilidade de entrada na classe média e Porto Alegre com a maior probabilidade de saída

GRÁFICO 19
**Probabilidade de Transição Trabalhista (2002 a 2008)
 por Região Metropolitana**



Fonte: CPS/IBRE/FGV, com base nos microdados da PME/IBGE

DESTINOS SOCIAIS

Como detalhamento final abrimos a seguir os destinos das transições de cada estrato social por ano. Mais uma vez 2004 e 2008 se destacam, apenas 71,96% da classe E continuam classe E quatro meses depois a partir da primeira observação em 2004, esta estatística caiu para 67,57% no período abordado em 2008. 2008 se destaca mais pelas transições da classe E em direção as classes D e C, enquanto a presença relativa das transições em relação a classe acompanhando o mesmo indivíduo durante 4 meses. Ou seja, analisamos a transição para dentro e fora dos diferentes grupos de renda. Em todos os casos, 2008 é o melhor ponto da série. O leitor está convidado a olhar os destinos dos indivíduos de diversos extratos sociais.

TABELA 12 - Matriz de Destinos - (quem era Classe E inicialmente)

		Período 2 (Abril)			
		Continua Classe E	Classe D	Classe Média C	Elite A ou B
<i>Janeiro</i>					
2003	73,38	13,48	11,30	1,85	
2004	71,96	14,13	11,52	2,38	
2005	77,30	13,20	8,87	0,63	
2006	76,86	12,65	9,66	0,83	
2007	77,52	11,22	10,22	1,03	
2008	67,57	16,46	14,53	1,45	

Fonte: CPS/IBRE/FGV, com base nos microdados da PME/IBGE

TABELA 13 - Matriz de Destinos - (quem era classe D inicialmente)

		Período 2 (Abril)			
		Classe E	Classe D	Classe Média C	Elite A ou B
<i>Janeiro</i>					
2003	23,66	53,30	22,72	0,33	
2004	19,13	56,19	24,27	0,41	
2005	16,03	62,28	21,56	0,13	
2006	18,58	58,13	22,89	0,41	
2007	14,75	65,00	20,26	0,00	
2008	15,07	54,92	29,46	0,56	

Fonte: CPS/IBRE/FGV, com base nos microdados da PME/IBGE

TABELA 14 - Matriz de Destinos - (quem era classe média (Classe C) inicialmente)

		Período 2 (Abril)			
		Classe E	Classe D	Continua Classe Média	Elite A ou B
<i>Janeiro</i>					
2003	8,82	10,02	78,78	2,39	
2004	6,26	8,55	81,04	4,15	
2005	4,20	6,35	86,95	2,50	
2006	5,63	6,17	85,11	3,10	
2007	3,76	6,52	86,35	3,37	
2008	3,70	6,98	84,58	4,74	

Fonte: CPS/IBRE/FGV, com base nos microdados da PME/IBGE

TABELA 15- Matriz de Destinos - (quem era classe alta inicialmente)

		Período 2 (Abril)			
		Classe E	Classe D	Classe Média	Continua Classe Alta
<i>Janeiro</i>					
2003	4,50	0,39	17,07	78,04	
2004	4,68	0,74	16,95	77,64	
2005	1,32	0,82	8,75	89,11	
2006	1,96	0,19	12,34	85,51	
2007	1,00	0,14	11,95	86,91	
2008	1,60	0,55	15,47	82,38	

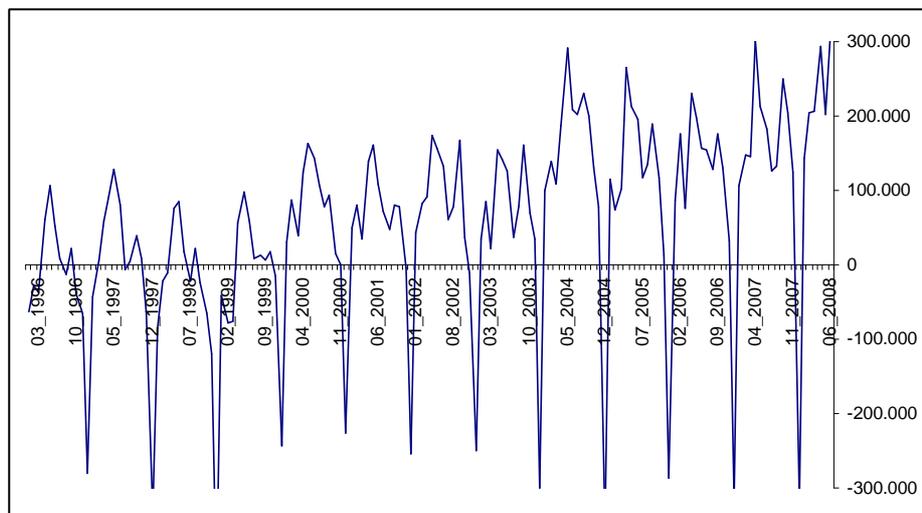
Fonte: CPS/IBRE/FGV, com base nos microdados da PME/IBGE

6. A VOLTA DA CARTEIRA DE TRABALHO

O que é ser de Classe C? computador, celular, carro, casa financiada, crédito em geral e produtivo em particular, conta-própria e empregadores, contribuição previdenciária complementar, se sairmos daquelas iniciadas com C temos ainda diploma universitário, escola privada plano de saúde, seguro de vida. Mas de todas, a volta da carteira de trabalho talvez seja o elemento mais representativo de ressurgimento de uma nova classe média brasileira. O passo final foi analisar a evolução do emprego formal no país. Esta informação é particularmente importante, já que o emprego com carteira assinada é uma das fortes características da classe média. Nesse contexto, as informações mais recentes são animadoras, com 309 mil empregos em apenas um mês atingimos o recorde da série histórica agora em junho de 2008 e 1,881 milhões de novos postos de trabalho formais nos últimos 12 meses.

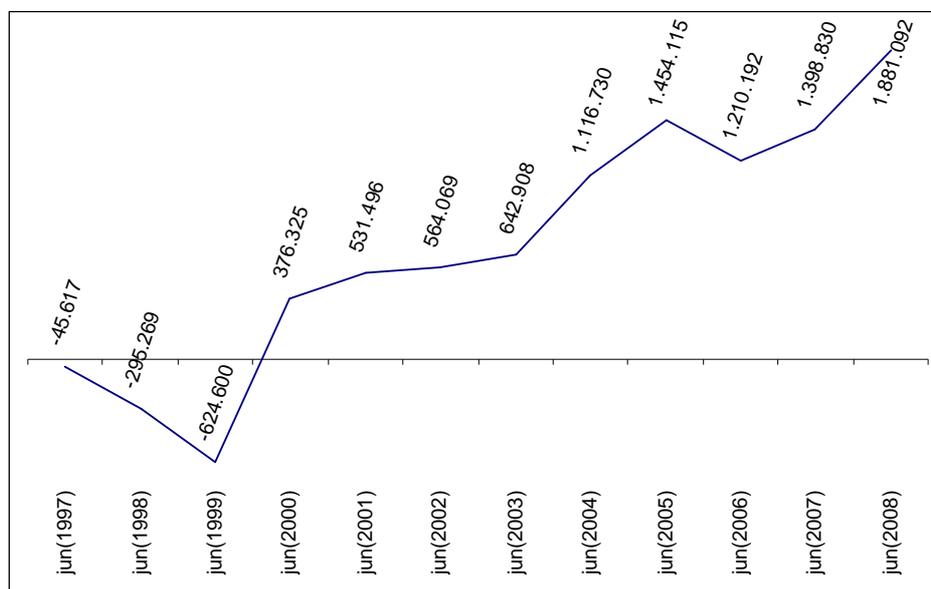
GRÁFICO 20

Geração Líquida de Empregos



Fonte: CPS/IBRE/FGV, com base no CAGED/ M T E.

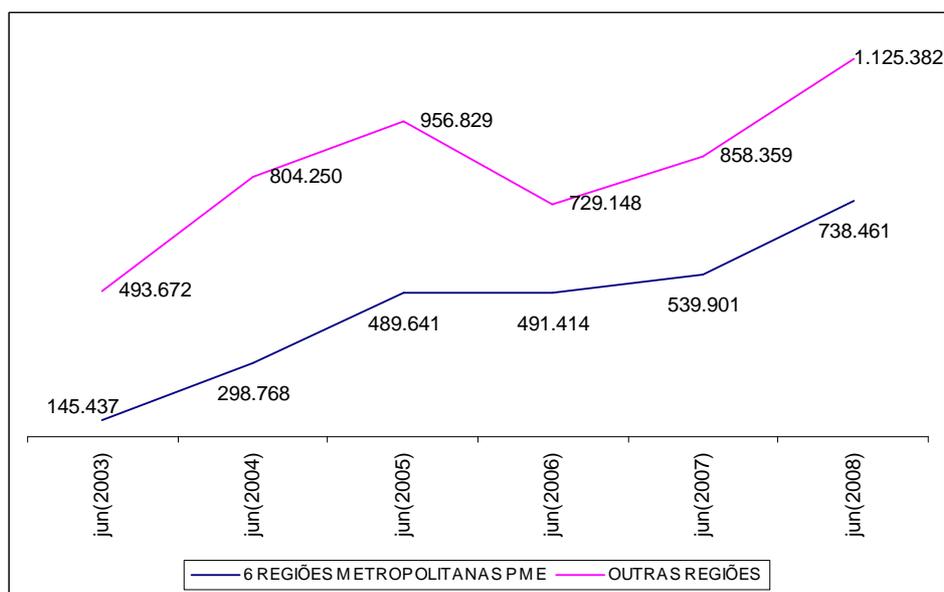
GRÁFICO 21
Geração Líquida de Empregos
Acumulado de 12 Meses



Fonte: CPS/IBRE/FGV, com base no CAGED/ M T E.

Em seguida, fazemos um zoom nas 6 principais Regiões Metropolitanas brasileiras. A proporção de empregos gerados na área vem crescendo, atingindo no primeiro semestre de 2008, 387 mil vagas, cerca de 28,5% do total, a maior proporção da série histórica (desde 1992). Em 2003 esse percentual era de apenas 12,45%.

GRÁFICO 22
Geração Líquida de Empregos (Acumulado em 12 Meses)



Fonte: CPS/IBRE/FGV, com base no CAGED/ M T E.

Nas próximas tabelas apresentamos um quadro geral da evolução nas diferentes metrópoles.

**TABELA 16 - Geração Líquida de Empregos
jan a junho de cada ano**

	TOTAL	OUTRAS REGIÕES	TOTAL RM PME	RECIFE	SALVADOR	BELO HORIZON	R DE JANEIRO	SAO PAULO	PORTO ALEGRE
2008	1.360.645	973.458	387.187	7.371	19.505	57.108	56.896	217.076	29.231
2007	1.095.249	815.172	280.077	2.703	13.474	38.347	44.949	163.913	16.691
2006	923.937	695.830	228.107	809	5.400	40.190	33.615	138.280	9.813
2005	965.695	716.473	249.222	3.362	13.637	36.944	27.189	157.178	10.912
2004	1.033.289	814.786	218.503	1.305	6.900	30.037	30.708	121.136	28.417
2003	561.866	491.921	69.945	-6.894	-1.777	9.134	7.288	50.627	11.567
2002	680.443	567.642	112.801	-553	7.762	17.113	15.365	66.370	6.744
2001	573.544	443.050	130.494	1.754	4.728	14.026	14.553	80.917	14.516
2000	589.796	448.892	140.904	2.228	6.809	17.470	20.235	73.180	20.982
1999	18.055	104.921	-86.866	-9.660	-6.638	-3.469	-19.719	-42.559	-4.821
1998	61.267	132.495	-71.228	-9.190	-4.504	-2.353	-5.862	-41.926	-7.393
1997	321.989	292.842	29.147	-8.831	4.592	16.710	-3.436	13.740	6.372
1996	95.547	128.475	-32.928	-10.005	-3.983	8.128	4.145	-22.465	-8.748
Total	8.281.322	6.625.957	1.655.365	-25.601	65.905	279.385	225.926	975.467	134.283
Habitantes	183.305.600	135.868.370	47.437.230	3.639.847	3.397.757	4.960.258	11.682.332	19.666.573	4.090.463

Fonte: CPS/IBRE/FGV, com base no CAGED/M T E.

**TABELA 17 - Geração Líquida de Empregos (% em Relação ao Total de Empregos Formais
Gerados no país)
jan a junho de cada ano**

	OUTRAS REGIÕES	TOTAL RM PME	RECIFE	SALVADOR	BELO HORIZON	R DE JANEIRO	SAO PAULO	PORTO ALEGRE
2008	71,54	28,46	0,54	1,43	4,20	4,18	15,95	2,15
2007	74,43	25,57	0,25	1,23	3,50	4,10	14,97	1,52
2006	75,31	24,69	0,09	0,58	4,35	3,64	14,97	1,06
2005	74,19	25,81	0,35	1,41	3,83	2,82	16,28	1,13
2004	78,85	21,15	0,13	0,67	2,91	2,97	11,72	2,75
2003	87,55	12,45	-1,23	-0,32	1,63	1,30	9,01	2,06
2002	83,42	16,58	-0,08	1,14	2,51	2,26	9,75	0,99
2001	77,25	22,75	0,31	0,82	2,45	2,54	14,11	2,53
2000	76,11	23,89	0,38	1,15	2,96	3,43	12,41	3,56
1999	581,12	-481,12	-53,50	-36,77	-19,21	-109,22	-235,72	-26,70
1998	216,26	-116,26	-15,00	-7,35	-3,84	-9,57	-68,43	-12,07
1997	90,95	9,05	-2,74	1,43	5,19	-1,07	4,27	1,98
1996	134,46	-34,46	-10,47	-4,17	8,51	4,34	-23,51	-9,16
Total	80,01	19,99	-0,31	0,80	3,37	2,73	11,78	1,62
Habitantes	74,12	25,88	1,99	1,85	2,71	6,37	10,73	2,23

Fonte: CPS/IBRE/FGV, com base no CAGED/M T E.

7. CONCLUSÕES

Este trabalho lança mão do processamento dos microdados da PME pela sua agilidade, o que nos permitiu diminuir a defasagem média de cerca de 18 meses da Pnad para menos de 4 meses. Isso nos permitiu levar a avaliação da trajetória dos indicadores sociais para meados de 2008. O aumento de velocidade é requisito necessário para que se possa vislumbrar a continuidade, ou não, da melhora distributiva observada desde o começo da década. Observamos manutenção de ritmo da redução da desigualdade de renda do trabalho entre o final de 2006 e meados de 2008. Se redução da pobreza fosse uma competição disputada pelos trabalhadores das seis principais metrópoles brasileiras, quais seriam os melhores momentos dos últimos seis anos: o podium seriam os últimos 12 meses: 2007-08 (-13,5%) seguidos do mesmo período de 2004-05 (-12,3%) e depois de 2006-07 (-8%). Cabe lembrar que o primeiro e último ainda não foram incorporados às estatísticas sociais oficiais.

O foco dado foi nas grandes metrópoles brasileiras função da maior disponibilidade de dados recentes (até abril de 2008). O ponto central é a revelação de que depois de anos de crise metropolitana, o quanto a classe média brasileira está crescendo lá nestes lugares e quanto isto se deve a geração de trabalho privada da população. A ênfase da análise se dá nas seis maiores metrópoles brasileiras que revela recuperação da chamada crise de desemprego metropolitano. A pesquisa também enfatiza o desempenho social das grandes cidades tomadas isoladamente. Em muitos casos as análises dão ênfase ao papel das altas transferências de renda públicas a população como expansão do Bolsa Família e das transferências previdenciárias contributivas ou não associadas aos reajustes do salário mínimo. Argumentamos que pelo menos desde 2004 o aumento de renda do trabalho rivaliza com estas transferências na explicação das melhoras de renda para a o conjunto da população (e que desde 2001 para os segmentos mais pobres da população). Isto está bem documentado nas séries da PNAD que vão até outubro de 2006. Mas desde o final de 2006 até agora, o aspecto inédito da presente análise empírica, é o protagonismo da renda do trabalho em geral e da geração de empregos formais em particular. Isto é, desde o último retrato estatístico do Brasil pintado com as tintas da PNAD 2006 o que se destaca agora é a geração de renda do trabalho.

A rigor, cabe ressaltar o descompasso existente entre a renda da PNAD e o das Contas nacionais no período desde 2004 (Neri 2007 e 2005). No biênio 2005-06, a renda PNAD cresceu ao ritmo chinês de 16,4% 4,3 vezes maior que a velocidade haitiana do PIB per capita. A PNAD não passou por nenhuma mudança metodológica, nem o INPC utilizado na deflação deste cálculo. Os olhos puxados do crescimento da PNAD se encontra refletido em outros indicadores do biênio 2005-06 como de vendas do comércio 11,8%, na valorização das Bolsa de valores, o Ibovespa sobe 60%, e de geração de postos de trabalho 4,6 milhões de novos postos de trabalho, em particular nos 2.5 milhões de novos empregos formais. Desde 2001 o Brasil experimenta crescimento chinês para os mais pobres (e só para eles) mas vive em 2005 e 2006 comparados a 2004, crescimento chinês para todos os estratos sociais. Trazemos esta discussão para 2007, 2008 e depois.

Em termos mais gerais, os dados apontam continuidade da queda da miséria e a expansão da chamada classe média observada depois do fim da recessão de 2003. O ritmo de redução da desigualdade observado desde 2001, não dá sinais de arrefecimento sendo comparável em magnitude absoluta a da famosa concentração de renda ocorrida nos anos 60, época do milagre econômico brasileiro. Já o crescimento da renda média mantém o ritmo dos anos anteriores resultado do período anterior apesar da desaceleração observada em países centrais, e dos EUA em particular. Em suma, o bolo continua crescendo com mais fermento nas classes mais pobres há mais de cinco anos, combinação inédita na história estatisticamente documentada brasileira. Muito tem se falado desta década em termos de redução de desigualdade e de pobreza, mas tem se dado muita ênfase ao papel das transferências de renda aos mais pobres e pouco aos avanços estruturais dos demais segmentos da sociedade.

A pesquisa revela a emergência recente de uma nova classe média apesar dos sinais de crise externa vindas do EUA se aproximando. De maneira geral, os novos dados da PME permitem monitorar o desempenho social de diferentes segmentos nas seis principais regiões metropolitanas do País. Depois de vários anos de crise as metrópoles brasileiras estão de volta à cena. O aspecto regional que chama mais a atenção é o melhor desempenho da região metropolitana de Belo Horizonte. Agora uma pergunta sintonizada com o período eleitoral. Quais das metrópoles brasileiras tiveram maior

redução de miséria nos últimos seis anos? A resposta seria Belo Horizonte (-40,8%) , Rio de Janeiro (-30,7%) seguido de perto de Salvador (-29,8%). Como não se trata de municípios ou estados, mas das metrópoles a liderança de BH é o que se pode chamar de Efeito Aécio com Pimentel. Os movimentos de melhora das séries de indicadores sociais da Grande Belo Horizonte estão relativamente dispersos ao longo do período 2002 a 2008, enquanto o das demais metrópoles concentram-se em torno do período abril a junho de 2004. Feita essa ressalva geográfica e temporal, a redução da distância entre média e mediana está presente em todas as regiões, representando a redução da desigualdade que caracteriza o período recente.

Mesmo no período já coberto pelas Pnads, os dados da PME nos fornecem detalhes reveladores de seus determinantes por meio da análise da dinâmica mensal dos indicadores baseados em renda. Em particular, notamos um marcado crescimento da renda das classes mais pobres deu-se entre março e junho de 2004. Embora essa seja a época de reajuste do salário mínimo, não houve ganho real do salário mínimo em 2004.

A PME, ao acompanhar a trajetória dos mesmos indivíduos e das respectivas famílias ao longo do tempo, permite avaliar os detalhes de entrada e de saída de diversos segmentos da população.

Para completar este cenário mais atual também recorreremos aos dados do Caged/MTE (Cadastro Geral de Emprego e Desemprego do Ministério do Trabalho e Emprego) em todo território nacional. Nesse contexto, as informações mais recentes são animadoras, com 309 mil empregos em apenas um mês atingimos o recorde da série histórica agora em junho de 2008 e 1,881 milhões de novos postos de trabalho formais nos últimos 12 meses. Em seguida, fazemos um zoom nas 6 principais Regiões Metropolitanas brasileiras. A proporção de empregos gerados na área vem crescendo, atingindo no primeiro semestre de 2008, 387 mil vagas, cerca de 28,5% do total, a maior proporção da série histórica (desde 1992). Em 2003 esse percentual era de apenas 12,45%. Estes dados evidenciam uma recuperação do protagonismo nacional das principais cidades brasileiras a caixa de percussão dos eventos nacionais.

7 Bibliografia

BACHA, E. L., AND TAYLOR, L.. “Brazilian income distribution in the 1960s: Facts’ model results and the controversy.” *Journal of Development Studies*, Vol. 14, Issue 3, pages 271 – 297, 1978

BANERJEE, ABHIJIT V. AND DUFLO, ESTHER ”**What is middle class about the middle classes around the world?**”December 2007.

BARROS, R.P. de; MENDONÇA, R. **A evolução do bem-estar e da desigualdade no Brasil desde 1960**. Rio de Janeiro: IPEA, 1992. (Texto para discussão, nº. 286).

BARROS, R.P. de; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. Desigualdade e pobreza no Brasil: a estabilidade inaceitável. In: HENRIQUES, R. (Ed.). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

BARROS, R. P. Foguel, M. N. ULYSSEA G. (Orgs.). **Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Rio de Janeiro: IPEA, 2007.

BARROS, Ricardo Paes; MENDONÇA, Rosane; NERI, Marcelo C. The duration of poverty spells. In: III Encontro Nacional de Estudos do Trabalho, ENABET, **Anais...**, 1996.

BARROS, Ricardo Paes; MENDONÇA, Rosane; NERI, Marcelo C. Pobreza e inflação no Brasil: uma análise agregada. In: **Economia Brasileira em Perspectiva 1996**, Rio de Janeiro: Ipea, 1996, v.2, p.401-420.

BIRDSALL, NANCY, CAROL GRAHAM, AND STEFANO PETTINATO “**Stuck In Tunnel: Is Globalization Mudding The Middle Class?**” Brookings Institution, Center on Social and Economic Dynamics WP No. 14, 2000.

BOOT, H. M. (1999) “**Real Incomes of the British Middle Class, 1760-1850: The Experience of Clerks at the East India Company**”, *The Economic History Review*, 52(4), 638-668.

BONELLI, R.P. de; SEDLACEK, G.L. Distribuição de renda: evolução no último quarto de século. In: SEDLACEK, G.L.; BARROS, R.P. de. **Mercado de trabalho e distribuição de renda**: uma coletânea. Rio de Janeiro: IPEA, 1989. (Série Monográfica 35).

CARDOSO, E.; BARROS, R.; URANI, A. Inflation and unemployment as determinants of inequality in Brazil: the 1980s, Chapter 5. In: DORNBUSCH, R.; EDWARDS, S. (Eds.), **Reform, recovery and growth: Latin America and the Middle-East**, Chicago: University of Chicago Press for the NBER, 1995.

DOEPKE, M.AND F. ZILIBOTTI (2005)”**Social Class and the Spirit of Capitalism**”, *Journal of the European Economic Association* 3, 516-24.

DOEPKE, M AND F. ZILIBOTTI (2007) “**Occupational Choice and the Spirit of Capitalism**”, NBER Working Paper.

ESTERLY, WILLIAM (2001) “**The Middle Class Consensus and Economic Development**”, *Journal of Economic Growth*, 6(4), 317-335.

FERREIRA, F.; LANJOUW, P.; NERI, M. **A Robust poverty profile for Brazil using multiple data sources**. *Revista Brasileira de Economia* 57 (1), p. 59-92, 2003.

FISHLOW, A. (1972): “Brazilian Size Distribution of Income”, *American Economic Association: Papers and Proceedings* 1972, pp.391-402

Frederick, Jim (2002) “**Thriving in the Middle Kingdom**”, *TIME Magazine*, Nov 11.

GASPARINI, L. **Different lives: inequality in Latin America the Caribbean**, inequality the state in Latin America the Caribbean World Bank LAC Flagship Report 2003. Washington, D.C.: World Bank, 2003. Mimeografado.

HOFFMAN, R. A evolução da distribuição de renda no Brasil, entre pessoas e entre famílias, 1979/86. In: SEDLACEK, G.; BARROS R.P. de. **Mercado de trabalho e distribuição de renda: uma coletânea**. Rio de Janeiro: IPEA/Inpes, 1989.

HOFFMANN, R. **As transferências não são a causa principal da redução da desigualdade**, *Econômica* 7, no.2, 335-341: Rio de Janeiro, Brazil, 2005.

IPEA. **Sobre a queda recente da desigualdade no Brasil**, 2006. (Nota técnica).

KAKWANI, N., SON, H. **Measuring the Impact of price changes on poverty**. International Poverty Centre, Brasília, 2006. (Working paper # 33).

KAKWANI, N.; NERI, M.; SON, H. **Linkages between pro-poor growth, social programmes labour market: the recent brazilian experience**. International Poverty Centre, Brasilia, 2006a. (Working paper # 26).

_____. **Desigualdade e Crescimento: Ingredientes Trabalhistas** em Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente. Ricardo Paes de Barros, Miguel Nathan Foguel, Gabriel Ulyseia (orgs), Rio de Janeiro, 2007. vide <http://www.fgv.br/cps/pesquisas/propobre/>

Landes, David. **The Wealth and Poverty of Nations**, New York: Norton, 1998.

LANGONI, C. **Distribuição da renda e desenvolvimento econômico do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV), 3ª edição 2005, 1973

MURPHY, KEVIN M., ANDREI SCHLEIFER AND ROBERT VISHNY (1989) “**Industrialization and the Big Push**”, *Journal of Political Economy*, 97(5), 1003-1026.

NERI, Marcelo C.; CONSIDERA, Cláudio; PINTO, Alexandre. A evolução da pobreza e da desigualdade brasileiras ao longo da década de 90. In: **Revista Economia Aplicada**, Ano 3, v. 3, p.384-406, jul.-set. 1999.

NERI, Marcelo C. O reajuste do salário mínimo de maio de 1995. In: XIX ENCONTRO BRASILEIRO DE ECONOMIA, SBE, Recife. **Anais...** dez. 1997, v. 2, p. 645-666.

NERI, Marcelo C.; CONSIDERA, Cláudio. Crescimento, desigualdade e pobreza: o impacto da estabilização. In: **Economia Brasileira em Perspectiva 1996**, Rio de Janeiro: Ipea, 1996, v.1, p. 49-82.

NERI, M. C. **Diferentes histórias em diferentes cidades**. In: REIS VELLOSO, J.P.; CAVALCANTI, R. (Eds.). Soluções para a questão do emprego. Rio de Janeiro: José Olímpio, 2000.

_____. **Eleições e Expansões**, mimeo, vide <http://www.fgv.br/cps/pesquisas/pp2/>, 2006a.

_____. **Miséria em queda**: mensuração, monitoramento e metas. mimeo Rio de Janeiro: FGV, vide: http://www3.fgv.br/ibrecps/queda_da_miseria/inicio_q.htm . 2005.

_____. **Miséria, desigualdade e políticas de rendas: o Real do Lula**, mimeo, Rio de Janeiro: FGV, 2007.

_____. **Miséria, desigualdade e estabilidade** in Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente. Ricardo Paes de Barros, Miguel Nathan Foguel, Gabriel Ulyssea (orgs), Rio de Janeiro, 2007a. see: http://www.fgv.br/cps/pesquisas/site_ret_port/

_____. **A Dinâmica da Redistribuição Trabalhista** em Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente. Ricardo Paes de Barros, Miguel Nathan Foguel, Gabriel Ulyssea (orgs), Rio de Janeiro, 2007b.

_____. (org) **Microcrédito, o mistério nordestino e o Grameen brasileiro: perfil e performance dos clientes do CrediAMIGO**”, Editora da Fundação Getulio Vargas, 370pag, Rio de Janeiro, 2008

NERI, M. C.; CAMARGO, J. Distributive effects of Brazilian structural reforms. In: BAUMANN, R. (Ed.). **Brazil in the 1990s**: a decade in transition, Palgrave. Macmillan's Global Academic Publishing, UK, 2001.

NERI, M. C.; GIOVANNI F, **Negócios nãnicos, garantias e acesso a crédito** in Revista de Economia Contemporânea, Rio de Janeiro, v.9, n.3, pp 643-669, september-december 2005.

RAMOS, Lauro; BRITO, M. O funcionamento do mercado de trabalho metropolitano brasileiro no período 1991-2002: tendências, fatos estilizados e mudanças estruturais.

Boletim Mercado de Trabalho, Conjuntura e Análise, Rio de Janeiro: Ipea, nº 22, p. 31-47, nov. 2003.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil**: afinal do que se trata? Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.

SOARES, S. “Análise de bem-estar e decomposição por fatores da queda na desigualdade entre 1995 e 2004.” *Econômica*, v. 8, n. 1, p. 83-115. Rio de Janeiro, 2006.

WILSON, DOMINIC AND DRAGUSANU, RALUCA “**The Expanding Middle: The Exploding World Middle Class and Falling Global Inequality**” - Goldman Sachs Economic Research/Global Economics Paper nº 170, July 2008

ANEXO 1: RETRATO DA NOVA CLASSE MÉDIA

Apresentamos nessa seção a evolução da classe média brasileira de acordo com diferentes características sócio-econômicas desde 2002.

Sexo

A proporção de indivíduos de classe média difere pouco entre os sexos (53,4% nos homens contra 50% das mulheres). Isso ocorre pelo fato de utilizarmos o conceito de renda a domiciliar per capita, que assume a perfeita socialização da renda no interior dos domicílios em sua grande maioria co-habitado por pessoas dos dois gêneros. Tudo passa como se toda a renda convergisse para um pote comum e daí fosse repartido igualmente por todos os membros dos domicílios. Olhando para a variação acumulada nos dois grupos, encontramos maior crescimento relativo da classe média no grupo de homens (18,89% contra 17,53% das mulheres). Essas informações são consistentes com os movimentos observados quando analisamos a taxa de miséria no mesmo período. Ou seja, os homens são aqueles que apresentam as menores taxas (16,81% contra 20,96%) e a maior queda (38,07% contra 30,55%).

Grupos de Renda – Trabalho (6 Regiões Metropolitanas brasileiras)

Classe Média (%)

Sexo	2008* / 2002	Período						
		2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Homem	18,89	44,88	44,36	46,18	49,76	51,57	51,74	53,36
Mulher	17,53	42,51	41,75	43,51	46,63	48,45	48,51	49,96

Miseráveis (%)

Sexo	2008* / 2002	Período						
		2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Homem	-38,07	27,14	28,43	25,71	22,50	20,76	18,68	16,81
Mulher	-30,55	30,18	31,73	29,30	26,26	24,60	22,52	20,96

Fonte: CPS/IBRE/FGV a partir dos microdados da PME/IBGE

Idade

Em geral, encontramos maior proporção de indivíduos na classe média nos grupos de 20 a 29 anos de idade (55,75% entre 20 e 24 seguido por 55% entre 25 e 29 anos), que também são aqueles com menores taxas de miséria (17% e 15,15%). Sendo que o

último (15 a 29 anos) foi o que apresentou as maiores variações relativas do período (aumento de 21,72% no tamanho da classe média e queda 42,14% na taxa de miséria).

Grupos de Renda – Trabalho (6 Regiões Metropolitanas brasileiras)

Classe Média (%)

Idade	2008* / 2002	Período						
		2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
15 a 19	20,01	40,42	38,56	40,24	43,41	46,40	47,01	48,51
20 a 24	19,33	46,72	45,92	47,93	51,68	53,84	54,93	55,75
25 a 29	21,72	45,19	44,83	46,72	49,90	52,03	52,57	55,01
30 a 35	17,17	43,53	42,16	43,93	47,80	49,23	48,81	51,00
36 a 39	16,26	43,85	42,29	43,81	47,56	49,52	49,53	50,99
40 a 44	18,82	44,31	43,68	45,58	48,88	50,98	51,11	52,65
45 a 49	14,90	45,08	45,79	47,62	49,69	50,88	50,96	51,79
50 a 54	16,35	42,65	43,32	45,11	48,64	49,78	48,80	49,62
55 a 59	20,33	37,95	38,96	40,48	43,49	44,07	43,49	45,67

Miseráveis (%)

Idade	2008* / 2002	Período						
		2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
15 a 19	-28,02	34,83	37,12	34,46	31,63	29,13	26,42	25,07
20 a 24	-37,02	27,01	28,68	26,20	23,16	20,76	18,38	17,01
25 a 29	-42,14	26,19	27,93	25,42	21,94	19,67	17,70	15,15
30 a 35	-37,20	27,44	28,78	26,61	23,42	21,74	19,57	17,23
36 a 39	-29,72	26,88	29,10	26,82	23,32	21,83	20,02	18,89
40 a 44	-35,81	27,06	28,65	25,30	22,32	20,94	18,98	17,37
45 a 49	-31,90	25,56	26,57	23,97	21,71	20,76	18,76	17,41
50 a 54	-34,32	29,92	29,73	27,37	24,05	22,85	21,33	19,65
55 a 59	-28,64	36,90	36,88	33,95	30,35	29,85	27,96	26,33

Fonte: CPS/IBRE/FGV a partir dos microdados da PME/IBGE

Educação

Como sempre, o mais relevante determinante da desigualdade e da renda no país é a educação. A tabela indica, que a proporção de indivíduos na classe média aumenta monotonamente com os anos de escolaridade (à exceção daqueles com 11 anos ou mais). A boa notícia é que em geral, a distância entre os extremos diminuiu nos últimos anos. Conforme podemos ver na tabela abaixo, os grupos com educação mais baixa foram os que apresentaram as maiores variações acumuladas (32,44% para os sem instrução, seguido por 22,48% daqueles com 1 a 3 anos de estudo). Só no grupo sem instrução, a relação que era de 1,8 miserável por indivíduo de classe média em 2002, passa a 1,05 em 2008.

Grupos de Renda – Trabalho (6 Regiões Metropolitanas brasileiras)

Classe Média (%)

	2008* / 2002	Período						
		2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Educação (anos de estudo)								
Sem instrução e menos de 1 ano	32,44	28,63	27,98	28,68	31,18	33,74	35,04	37,92
De 1 a 3 anos de estudo	22,48	35,88	32,87	34,41	38,07	40,57	41,32	43,95
De 4 a 7 anos de estudo	19,97	41,11	38,74	40,61	43,86	46,51	47,62	49,32
De 8 a 10 anos de estudo	16,10	48,22	46,54	47,67	51,37	53,75	53,80	55,98
11 ou mais anos de estudo	14,51	45,46	46,68	48,43	51,30	52,02	51,22	52,06

Miseráveis (%)

	2008* / 2002	Período						
		2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Educação (anos de estudo)								
Sem instrução e menos de 1 ano	-23,08	52,12	52,07	51,01	48,74	46,27	43,36	40,09
De 1 a 3 anos de estudo	-25,81	43,77	46,48	44,50	40,82	39,27	35,67	32,47
De 4 a 7 anos de estudo	-25,23	37,40	39,32	37,00	34,60	32,36	29,61	27,97
De 8 a 10 anos de estudo	-26,86	28,02	30,23	28,36	25,58	23,93	21,94	20,49
11 ou mais anos de estudo	-34,06	18,24	19,67	17,37	14,49	13,79	13,06	12,03

Fonte: CPS/IBRE/FGV a partir dos microdados da PME/IBGE

Posição na Ocupação

Em relação ao status da ocupação, os desocupados e inativos apresentam a menor proporção de indivíduos na classe média (37,6% e 38,11%). No outro extremo, os trabalhadores com carteira, que em 64,25% dos casos estão na classe média. Em termos de crescimento, destacamos os conta-própria e empregados sem carteira (aumentos de 18,77% e 17,12%), enquanto os militares apresentaram queda (2,41%). Em relação às taxas de miséria, os empregados com carteira apresentaram a maior quedas do período.

Grupos de Renda – Trabalho (6 Regiões Metropolitanas brasileiras)

Classe Média (%)

	2008* / 2002	Período						
		2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Posição na ocupação								
Empregados - com carteira	13,69	56,51	56,66	58,48	62,20	63,48	63,23	64,25
Empregados - sem carteira	17,12	49,24	48,09	51,03	53,57	56,18	55,99	57,66
Empregados - militar	-2,41	50,78	50,89	52,71	53,99	52,38	49,97	49,55
Conta própria	18,77	47,04	46,45	47,97	51,20	53,63	53,88	55,87
Empregador	8,58	35,85	38,61	40,67	41,55	41,32	39,37	38,93
Trabalhadores não remunerados	10,86	49,91	47,71	49,18	57,00	52,84	52,19	55,33
Desocupado	31,98	28,49	27,20	28,66	30,55	33,32	34,33	37,60
Inativo	14,72	33,21	31,63	32,51	35,45	36,93	36,79	38,11

Miseráveis (%)

Posição na ocupação	Período							
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	
Empregados - com carteira	-55,11	12,48	13,54	11,05	8,64	7,39	6,42	5,60
Empregados - sem carteira	-42,65	21,95	23,65	20,49	17,54	15,58	13,85	12,59
Empregados - militar	-54,68	9,63	11,73	9,38	6,06	5,50	5,25	4,36
Conta própria	-42,51	23,12	26,00	23,43	19,67	17,75	15,24	13,29
Empregador	-50,22	10,78	13,92	10,05	5,77	5,71	6,94	5,37
Trabalhadores não remunerados	-30,92	21,40	29,45	25,44	18,16	20,68	17,96	14,78
Desocupado	-22,78	51,78	52,80	50,31	49,03	46,15	42,87	39,99
Inativo	-17,88	44,40	46,10	44,43	41,82	40,50	38,21	36,46

Fonte: CPS/IBRE/FGV a partir dos microdados da PME/IBGE

Cor ou Raça

À exceção dos amarelos que em geral possuem as maiores rendas, e estão mais presentes nas classes mais altas de renda, observamos aproximação na taxa de incidência de indivíduos de classe média entre os diferentes grupos de cor ou raça ao longo dos anos. Isso deve-se principalmente ao fato das maiores de negros e pardos apresentarem as maiores variações do período (29,61% e 26,96% de aumentos da classe média), acompanhado também das maiores quedas na taxa de miséria (38,84% e 36,26%), Como resultado dessa combinação, a relação miserável por indivíduo de classe média que era 1,07 para os negros no início da série chega a 0,54 em 2008.

Grupos de Renda – Trabalho (6 Regiões Metropolitanas brasileiras)

Classe Média (%)

Cor ou raça	Período							
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	
Branca	11,79	45,89	46,07	47,69	50,23	51,15	50,26	51,31
Preta	29,61	39,24	38,80	39,80	44,38	46,81	47,14	50,87
Amarela	-1,98	35,92	35,05	38,97	40,03	36,42	35,31	35,21
Parda	26,96	41,31	39,14	41,56	46,03	49,08	50,74	52,44
Indígena	6,84	49,05	47,36	44,70	48,31	48,57	49,17	52,41

Miseráveis (%)

Cor ou raça	Período							
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	
Branca	-32,14	22,99	24,16	21,60	18,96	18,22	16,90	15,60
Preta	-38,84	38,55	39,33	36,65	32,72	30,21	27,74	23,58
Amarela	-17,85	18,47	22,98	14,56	11,88	13,77	15,34	15,17
Parda	-35,26	35,50	37,91	34,99	30,95	28,12	24,75	22,98
Indígena	-24,57	29,88	28,92	30,81	27,37	29,25	29,65	22,54

Fonte: CPS/IBRE/FGV a partir dos microdados da PME/IBGE

Posição na Família

Com relação à posição na ocupação, os agregados apresentam menores proporções de classe média (45,51% contra 53,22% de cônjuges). Em termos de evolução, o maior crescimento foi apresentado pelo grupo de outros parentes (21,56%).

Grupos de Renda – Trabalho (6 Regiões Metropolitanas brasileiras)

Classe Média (%)

Posição na família	2008* / 2002	Período						
		2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Principal Responsável	17,63	42,45	41,97	43,60	46,89	48,40	48,31	49,94
Cônjuge	17,46	45,30	44,31	46,44	49,88	51,36	51,37	53,22
Filho	19,24	43,80	43,35	44,99	48,41	50,76	51,15	52,23
Outro Parente	21,56	42,74	41,29	43,78	46,25	49,08	49,70	51,95
Agregado	1,21	44,96	44,54	43,81	48,94	52,16	48,53	45,51

Miseráveis (%)

Posição na família	2008* / 2002	Período						
		2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Principal Responsável	-32,64	29,26	30,58	28,05	25,12	23,58	21,47	19,71
Cônjuge	-38,00	25,71	27,45	24,40	21,40	20,04	17,72	15,94
Filho	-33,59	30,07	31,17	28,96	25,55	23,43	21,43	19,97
Outro Parente	-29,80	33,19	36,12	33,20	29,66	27,27	25,76	23,30
Agregado	-30,55	29,74	26,91	23,08	20,64	19,30	20,20	20,66

Fonte: CPS/IBRE/FGV a partir dos microdados da PME/IBGE

Tamanho do Domicílio

Quanto maior o tamanho da família, menor a chance de encontramos indivíduos na classe média. De acordo com a tabela abaixo, a taxa de incidência da classe média varia de 24,89% para aqueles com mais de 6 pessoas no domicílio para 52,26% para aqueles com até 2 pessoas, caminhando em sentido contrário as taxas de miséria.

Grupos de Renda – Trabalho (6 Regiões Metropolitanas brasileiras)

Classe Média (%)

Número de pessoas no domicílio	2008* / 2002	Período						
		2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
De 1 a 2	14,63	45,60	45,87	47,39	50,51	51,68	50,96	52,26
De 3 a 4	20,95	42,71	41,16	43,19	46,64	49,05	50,01	51,66
De 5 a 6	23,16	37,36	34,27	35,66	38,93	41,87	43,39	46,01
Mais de 6	20,44	20,66	17,47	18,65	19,63	23,09	24,36	24,89

Miseráveis (%)

2008* / 2002	Período							
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	
Número de pessoas no domicílio								
De 1 a 2	-31,77	25,25	26,26	23,81	21,06	20,03	18,52	17,23
De 3 a 4	-34,85	30,84	32,82	30,21	26,86	24,63	22,12	20,09
De 5 a 6	-28,53	38,28	41,03	39,00	35,99	32,97	29,69	27,36
Mais de 6	-16,63	58,85	62,98	62,72	60,58	56,50	52,79	49,06

Fonte: CPS/IBRE/FGV a partir dos microdados da PME/IBGE

Formalidade

A proporção de pessoas nas classe média é maior no grupo de contribuintes previdenciários para todos os anos analisados, porém a distância entre as taxas vem diminuindo, com aumento de 20,19% para os informais. Nesse mesmo grupo, a relação miserável por indivíduo de classe média nesse grupo cai a metade em 6 anos (0,53 para 0,26).

Grupos de Renda – Trabalho (6 Regiões Metropolitanas brasileiras)

Classe Média (%)

2008* / 2002	Período							
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	
Contribui para a previdência								
Sim	12,31	53,52	53,72	55,58	58,78	59,88	59,36	60,11
Não	20,19	47,71	46,44	48,78	52,11	54,83	55,12	57,34

Miseráveis (%)

2008* / 2002	Período							
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	
Contribui para a previdência								
Sim	-54,55	12,37	13,54	10,97	8,41	7,21	6,46	5,62
Não	-39,17	25,23	27,73	24,80	21,36	19,46	17,18	15,35

Fonte: CPS/IBRE/FGV a partir dos microdados da PME/IBGE

ANEXO 2: AVALIAÇÃO REGIONAL

Observamos que as tendências gerais de queda na miséria e aumento da classe média estão presentes em todas as metrópoles brasileiras. De forma geral, a Região Metropolitana de São Paulo possui os melhores índices em todos os anos, com as mais baixas taxas de miséria, acompanhadas das mais altas proporções de indivíduos na classe média.. Enquanto isso, a Região Metropolitana de Belo Horizonte apresenta o melhor desempenho relativo, angariando novas posições nos rankings de (menor) miséria e classe média. A seguir detalhamos a evolução desses dois grupos em cada uma das 6 Regiões Metropolitanas.

A. Classe Média entre as Regiões Metropolitanas

Com quedas nas taxas da miséria em todas as metrópoles brasileiras, o passo agora é analisar, como isso refletiu em outro grupo populacional. Para isso, vamos analisar o crescimento da classe média em cada uma das metrópoles, que atingem os maiores níveis de toda a série agora em 2008.

TABELA 1 - Proporção da Classe Média

	TOTAL	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008*
Total	47,01	43,64	42,99	44,77	48,11	49,93	50,04	51,57
Região metropolitana								
Recife	30,35	27,94	24,69	25,60	31,10	34,00	35,62	36,67
Salvador	35,16	31,69	29,24	31,58	35,65	38,60	40,75	41,28
Belo Horizonte	46,98	40,71	41,00	44,91	47,20	51,09	52,53	53,90
Rio de Janeiro	47,92	43,15	45,44	46,22	48,96	50,76	50,37	52,42
São Paulo	51,00	48,70	47,20	48,96	52,48	53,45	53,17	54,68
Porto Alegre	50,60	48,77	46,50	49,20	52,08	53,30	52,03	53,67

TABELA 2 - Variação (em %) na proporção da classe média

	2008*/ 2002	2007/ 2002	Variação Anual					2008*/07
			2003/02	2004/03	2005/04	2006/05	2007/06	
Total	18,17	14,67	-1,49	4,16	7,44	3,78	0,22	3,05
Região metropolitana								
Recife	31,25	27,48	-11,63	3,68	21,48	9,31	4,77	2,96
Salvador	30,28	28,58	-7,73	8,00	12,88	8,30	5,55	1,32
Belo Horizonte	32,39	29,03	0,71	9,52	5,11	8,24	2,82	2,60
Rio de Janeiro	21,48	16,72	5,29	1,72	5,93	3,67	-0,77	4,08
São Paulo	12,26	9,17	-3,08	3,72	7,19	1,86	-0,53	2,83
Porto Alegre	10,05	6,69	-4,66	5,82	5,85	2,34	-2,39	3,15

* até abril

Fonte: CPS/IBRE/FGV a partir dos microdados da PME/IBGE.

Região Metropolitana de São Paulo: A Região Metropolitana de São Paulo mantém as maiores proporções de indivíduos de classe média, desde 2006. O grupo que atinge, nos primeiros meses de 2008, 54,68% da população, acumulou crescimento de 12,26% no período, sendo 7,19% em apenas um ano (2004 a 2005).

Região Metropolitana de Belo Horizonte: a Grande Belo Horizonte ocupa o segundo lugar em tamanho da classe média. Com crescimento acumulado de 32,39%, apresenta em 2008, 53,9% da população na classe média, o suficiente para ultrapassar Rio de Janeiro e Porto Alegre. Destacamos os anos 2004 e 2006, onde as variações foram mais pronunciadas, com aumentos de 9,52% e 8,24%, respectivamente.

Região Metropolitana de Porto Alegre: terceiro lugar no ranking, com 53,67% no último período, foi a que experimentou menor crescimento da classe média (10% acumulado, sendo 5,8% em dois anos consecutivos 2004 e 2005).

Região Metropolitana do Rio de Janeiro: na Grande Rio, a classe média ocupa hoje 52,42% da população, patamar superior ao de 2002 em 21,48%. O maior crescimento deu-se entre 2004 e 2005, 5,93%.

Região Metropolitana de Salvador: com o maior crescimento acumulado (30,28%), a Região Metropolitana de Salvador, atinge em 2008 41,28% da sua população na classe média. Apesar do bom desempenho, principalmente em 2005 quando cresceu 13%, ainda é a segunda menor no ranking geral. Com proporção de 41,28% em 2008, é superior apenas a Recife.

Região Metropolitana de Recife: a semelhança de Salvador, a Região de Recife também apresentou bom desempenho em termos de evolução. Acumulou no período crescimento o segundo maior crescimento de 31,25%, sendo 21,48% só em 2005. Apesar disso, ainda é lanterna das 6 metrópoles (36,67% da população na classe média em 2008).

B. Miséria nas Regiões Metropolitanas

Apresentamos a seguir a evolução da miséria e da classe média nas principais metrópoles brasileiras. Como podemos observar, quando consideramos o período dos últimos seis anos, todas as metrópoles apresentam queda acumulada na taxa de miséria.

TABELA 3 - Taxa de miséria

	TOTAL	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008*
Total	25,20	28,74	30,17	27,60	24,49	22,78	20,70	19,00
<i>Região metropolitana</i>								
Recife	44,06	46,64	52,26	51,89	42,99	39,15	35,91	34,64
Salvador	33,88	38,19	41,97	39,05	32,59	29,99	26,27	25,12
Belo Horizonte	26,48	33,32	33,56	28,51	26,03	22,37	20,09	18,64
Rio de Janeiro	25,73	31,22	29,38	27,16	25,10	23,59	21,29	19,74
São Paulo	19,93	21,90	24,00	21,70	19,30	18,38	16,83	14,78
Porto Alegre	22,91	24,49	27,81	24,25	21,97	21,25	19,93	18,36

TABELA 4 - Variação (em %) da taxa de miséria

	2008*/ 2002	2007/ 2002	Variação Anual					
			2003/02	2004/03	2005/04	2006/05	2007/06	2008*/07
Total	-33,89	-27,97	4,97	-8,51	-11,28	-6,95	-9,13	-8,22
<i>Região metropolitana</i>								
Recife	-25,73	-23,01	12,05	-0,71	-17,14	-8,93	-8,29	-3,53
Salvador	-34,24	-31,22	9,89	-6,95	-16,55	-7,96	-12,42	-4,39
Belo Horizonte	-44,06	-39,70	0,71	-15,05	-8,68	-14,07	-10,19	-7,22
Rio de Janeiro	-36,75	-31,80	-5,87	-7,56	-7,58	-6,02	-9,77	-7,26
São Paulo	-32,54	-23,15	9,59	-9,60	-11,07	-4,73	-8,44	-12,21
Porto Alegre	-25,03	-18,64	13,54	-12,80	-9,38	-3,30	-6,22	-7,86

* até abril

Fonte: CPS/IBRE/FGV, com base nos microdados da PME/IBGE.

Região Metropolitana de São Paulo: mantém os menores níveis durante todo o período. Em 2008, a miséria atinge 14,78% da população, queda de 12,21% em relação ao ano anterior, e de 32,54% no acumulado de seis anos.

Região Metropolitana de Porto Alegre: foi a que apresentou menor variação (com queda de 25% no período), mas ainda é a vice-líder no ranking das seis metrópoles (18,36% em 2008).

Região Metropolitana de Belo Horizonte: experimentando o melhor desempenho relativo do período, a proporção de miseráveis cai 39,7% entre 2002 e 2008 (passa de 33,32% para 20,09%). Os anos 2004 e 2006 se destacam na série, com redução anual de 15,05% e 14,07%, respectivamente. Apesar do pequeno crescimento em 2003, que

também foi sentido por outras quatro regiões, a tendência positiva vem se repetindo na região ao longo dos anos, permitindo ultrapassar a Região do Rio de Janeiro.

Região Metropolitana do Rio de Janeiro: única a apresentar queda na taxa de miséria em todos os anos analisados, obteve o segundo melhor desempenho acumulado (variação de -36,75% na taxa de miséria). Apesar disso, a região perde a terceira posição no ranking, totalizando em 2008, 19,74% de sua população na miséria.

Região Metropolitana de Salvador: com 25,12% de miseráveis nos primeiros meses de 2008, acumulou queda de 34,24% em seis anos, sendo quase metade (16,55%) em 2005.

Região Metropolitana de Recife: ainda é a região com nível mais alto de miséria (34,64% nos primeiros meses do ano). Com queda acumulada de 25,73%, o melhor desempenho relativo deu-se entre 2004 e 2005, quando a miséria caiu 17,14%. Apesar disso, a região ainda se recupera das fortes quedas de renda sofridas em 2003 e 2004 (o que resultou crescimento de 12,05% na taxa de miséria).

ANEXO 3:

A pesquisa dispõe de sistemas de provisão de informação interativos e amigáveis voltados aos cidadãos comuns, com produtos em linguagem acessível tais como panoramas geradores de tabulações ao gosto do usuário e simuladores de probabilidades desenvolvidos a partir de modelos estatísticos estimados. O sítio da pesquisa permite aos cidadãos (vide próxima páginas) traçar o panorama da extensão e evolução dos diferentes indicadores sociais baseados em renda. Senão vejamos:

Panorama da Classe Média

Disponibilizamos no site da pesquisa um panorama completo da classe média brasileira. Além do número de pessoas, é possível obter também a proporção do grupo na população total, assim como detalhar a média de renda per capita e o total domiciliar. As mesmas informações estão disponíveis para o grupo de miseráveis.

Conteúdo do Panorama:

Período de análise:

Anuais: você pode escolher analisar a evolução através das médias anuais (lembrando que em 2002 os dados estão disponíveis a partir de março e em 2008 até abril);

Janeiro a Abril: são médias dos primeiros quatro meses de cada ano.

Grupo populacional:

Escolha entre **população total, classe média ou miseráveis** aquele grupo que você quer analisar.

Análise:

Além da **Amostra e População (número de pessoas)**, você também pode escolher:

Taxa: proporção de indivíduos do respectivo grupo (classe média ou miserável) na população total.

Vertical: permite obter um perfil desse grupo escolhido por diferentes características sócio-econômicas.

Média: permite avaliar a evolução da renda dos diferentes grupos. Ao selecionar essa opção, um novo menu irá aparecer, para que você indique o tipo de conceito de renda (domiciliar, individual ou per capita).

Panorama da Classe Média

Período: Grupo populacional: Média:

Análise: Variável:

[Características Demográficas](#)

População Total Sexo Raça
 Idade Escolaridade Posição na Família
 Número de pessoas no domicílio

[Características Sócio-Econômicas](#)

Contribui para a Previdência Posição na Ocupação Membro de Cooperativa
 Tamanho da Empresa Frequente ou Frequentou Algum Curso de Qualificação Profissional Jornada (Horas Efetivas)
 Tempo de Empresa

[Características Espaciais](#)

Panorama de Mobilidade

Disponibilizamos no site da pesquisa um Panorama de Mobilidade Social que permite obter a proporção de indivíduos que entram e saem da miséria/classe média, por diferentes características sócio-econômicas.

Análise Multivariada

A análise multivariada visa proporcionar um experimento melhor controlado que a análise bivariada. Seu objetivo é captar o padrão de correlações parciais entre as variáveis de interesse e as variáveis explicativas. No primeiro exercício, captamos as correlações entre diferentes características populacionais e o acesso aos grupos de renda. E, em seguida aplicamos a mesma metodologia para captar movimentos de entrada e saída dos grupos.

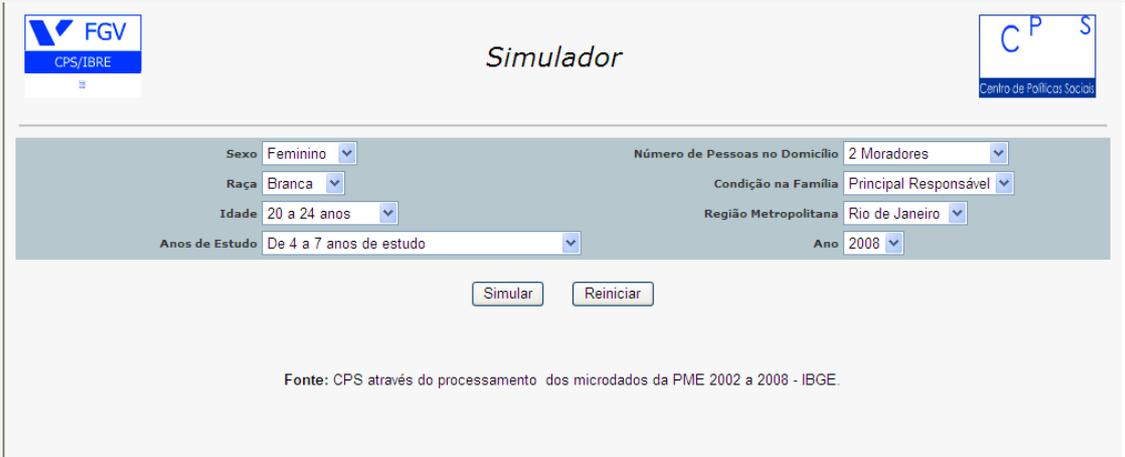
Simulador de Mobilidade Social

Ferramenta que permite simular as probabilidades de pertencer a cada um dos grupos de renda, através da combinação de suas características. Com ele é possível obter também as probabilidades de entrada e saída da miséria e da classe média. Basta selecionar as informações de acordo com seus atributos ou aqueles que deseja analisar. Depois de preencher o formulário, clique em Simular.

Passos para a utilização do Simulador:

1- Selecione em as características de acordo com os atributos do “indivíduo” que deseja analisar. Depois de preencher o formulário, clique em Simular

2- Os gráficos apresentados mostram as probabilidades de pertencer a cada grupos da população e de mobilidade social. Uma das barras representa o Cenário Atual, com o resultado segundo as características selecionadas; a outra Cenário Anterior apresenta a simulação anterior.



FGV
CPS/IBRE

CPS
Centro de Políticas Sociais

Simulador

Sexo: Feminino
Raça: Branca
Idade: 20 a 24 anos
Número de Pessoas no Domicílio: 2 Moradores
Condição na Família: Principal Responsável
Região Metropolitana: Rio de Janeiro
Anos de Estudo: De 4 a 7 anos de estudo
Ano: 2008

Simular Reiniciar

Fonte: CPS através do processamento dos microdados da PME 2002 a 2008 - IBGE.

Modelos Estatísticos Estimados: Logísticos Multinomiais Logits multinomiais

Neste apêndice apresentamos o modelo logit multinomial que estimamos por máxima verossimilhança⁷. O modelo é definido como:

$$\Pr(\text{ponto}_k = j | x) = \frac{\exp(x\beta_{jk})}{\left[1 + \sum_{h=1}^J \exp(x\beta_{hk})\right]}, k = \overline{1, 2, 3} \quad j = 1, 2, 3$$

(2)

em que, "ponto" é a variável identificadora de estratos sociais. São dois os tipos de regressões utilizadas⁸:

O vetor β_j é o conjunto de parâmetros para $j = 0$ (Pertence a Classe Média) e $j = 1$ (rendimento igual ao piso). Como as probabilidades devem somar um, devemos ter:

$$P(\text{ponto}_k = 2 | x) = \frac{1}{\left[1 + \sum_{h=1}^J \exp(x\beta_{hk})\right]}, k = 1, 2, 3$$

Deve-se ressaltar que a interpretação da magnitude dos parâmetros estimados deste modelo não é direta⁹. Além disso, através da razão das probabilidades em relação à base temos:

$$\frac{P(\text{ponto}_k = j | x)}{P(\text{ponto}_k = 2 | x)} = \exp(x\beta_{jk}), k = 1, 2, j = 0, 1$$

ou ainda:

$$\log\left[\frac{P(\text{ponto}_k = j | x)}{P(\text{ponto}_k = 2 | x)}\right] = x\beta_{jk}$$

Ou seja, temos uma interpretação mais direta de uma variação de uma unidade em x , que mostra o quanto varia o log da razão das probabilidades (log-odds), através do parâmetro estimado. Assim, é suficiente, na nossa análise, saber o sinal de β_j , na análise das regressões.

Além disso, x é o vetor dos controles igual a (tratamento_k , ano , $\text{ano} * \text{tratamento}_k$, características dos indivíduos); e ϵ o vetor dos parâmetros.

⁷ O método de maximização da função de verossimilhança utilizado é o do Newton-Raphson.

⁸ Para a regressão envolvendo a variável dependente ponto_1 , foram rodadas regressões separadamente para cada grupo ocupacional (grupo de tratamento) do RJ (p1rj, p2rj, p3rj) e do RS (p1rs, p2rs, p3rs, p4rs), comparando como controle as ocupações não definidas na lei.

⁹ Simplificando a notação da probabilidade de resposta como:

$$p_{jk}(x, \beta_k) = P(\text{ponto}_k = j | x)$$

$$p_{0k}(x, \beta_k) = P(\text{ponto}_k = 2 | x)$$

O efeito marginal decorrente de uma mudança em uma variável controle contínua é :

$$\frac{\partial p_j(x, \beta_k)}{\partial x_i} = p_j(x, \beta_k) \left\{ \beta_{jik} - \frac{(1 + \sum_{h=1}^J \beta_{hik} \exp(x\beta_{hk}))}{(1 + \sum_{h=1}^J \exp(x\beta_{hk}))} \right\}, \text{ para } k = \overline{1, 2}$$

**I) Probabilidade de Estar em Classes (ou Estratos) Sociais
– Base Miséria (Classe E)**

Resposta	Parâmetro	Nível	Estimativa	Erro Padrão	Estatística de Wald	Nível Descritivo (p)	Razão condicional
Elite - Classe A ou B	Intercept		-6.5238	0.2336	779.6691	<.0001	.
	SEXO	Homem	0.6822	0.0319	456.6774	<.0001	1.9783
	COR	Amarela	1.6670	0.1442	133.5769	<.0001	5.2961
	COR	Branca	1.4112	0.0661	456.0550	<.0001	4.1008
	COR	Indígena	0.0404	0.7413	0.0030	0.9566	1.0412
	COR	Parda	0.0271	0.0706	0.1478	0.7006	1.0275
	fxage	15 a 19	-0.3849	0.0789	23.8273	<.0001	0.6805
	fxage	20 a 24	-0.5800	0.0717	65.3576	<.0001	0.5599
	fxage	25 a 29	-0.3032	0.0677	20.0362	<.0001	0.7385
	fxage	30 a 35	-0.2391	0.0650	13.5208	0.0002	0.7874
	fxage	36 a 39	-0.3057	0.0713	18.3925	<.0001	0.7366
	fxage	40 a 44	0.0264	0.0667	0.1571	0.6919	1.0268
	fxage	45 a 49	0.3506	0.0673	27.1312	<.0001	1.4199
	fxage	50 a 54	0.2865	0.0684	17.5676	<.0001	1.3318
	anoest	11 ou mais anos	3.6702	0.1639	501.2025	<.0001	39.2604
	anoest	Anos de estudo n	0.1249	0.7820	0.0255	0.8731	1.1330
	anoest	De 1 a 3 anos de	-0.2135	0.2088	1.0464	0.3063	0.8077
	anoest	De 4 a 7 anos de	0.5091	0.1699	8.9823	0.0027	1.6638
	anoest	De 8 a 10 anos d	1.8358	0.1670	120.8165	<.0001	6.2704
	CONFAM	Agregado	0.9877	0.2956	11.1617	0.0008	2.6849
	CONFAM	Cônjuge	0.6985	0.0403	300.0847	<.0001	2.0107
	CONFAM	Filho	0.1496	0.0454	10.8802	0.0010	1.1614
	CONFAM	Outro Parente	-0.2280	0.0847	7.2412	0.0071	0.7961
	NPES	1 Morador	2.9893	0.1404	453.0755	<.0001	19.8709
	NPES	2 Moradores	2.2959	0.1382	275.9951	<.0001	9.9335
	NPES	3 Moradores	1.6377	0.1412	134.5386	<.0001	5.1436
	REG	26	-1.3906	0.0923	227.1840	<.0001	0.2489
	REG	29	-0.2162	0.0787	7.5491	0.0060	0.8056
	REG	31	0.2517	0.0681	13.6604	0.0002	1.2862
	REG	33	-0.1368	0.0572	5.7234	0.0167	0.8721
	REG	35	0.4516	0.0536	70.8615	<.0001	1.5708
	ANO	2003	-0.6273	0.0503	155.6717	<.0001	0.5340
	ANO	2004	-0.8833	0.0496	316.6122	<.0001	0.4134
	ANO	2005	-0.5676	0.0480	140.0456	<.0001	0.5669
	ANO	2006	-0.4815	0.0478	101.4135	<.0001	0.6179
	ANO	2007	-0.2421	0.0472	26.2899	<.0001	0.7850

Classe Media - C	Intercept		-1.3926	0.0854	266.0973	<.0001	.
	SEXO	Homem	0.4522	0.0208	472.6205	<.0001	1.5718
	COR	Amarela	-0.3371	0.1296	6.7654	0.0093	0.7138
	COR	Branca	0.2297	0.0324	50.1747	<.0001	1.2582
	COR	Indígena	0.4194	0.2859	2.1528	0.1423	1.5211
	COR	Parda	-0.00558	0.0323	0.0299	0.8627	0.9944
	fxage	15 a 19	-0.0742	0.0496	2.2361	0.1348	0.9285
	fxage	20 a 24	0.1027	0.0471	4.7587	0.0292	1.1082
	fxage	25 a 29	0.2254	0.0454	24.6733	<.0001	1.2528
	fxage	30 a 35	0.0919	0.0430	4.5716	0.0325	1.0963
	fxage	36 a 39	0.1271	0.0462	7.5807	0.0059	1.1355
	fxage	40 a 44	0.2305	0.0441	27.2697	<.0001	1.2592
	fxage	45 a 49	0.3612	0.0452	63.8173	<.0001	1.4350
	fxage	50 a 54	0.2011	0.0457	19.4061	<.0001	1.2228
	anoest	11 ou mais anos	1.6028	0.0544	869.1895	<.0001	4.9669
	anoest	Anos de estudo n	0.4064	0.2194	3.4322	0.0639	1.5014
	anoest	De 1 a 3 anos de	0.3927	0.0621	40.0399	<.0001	1.4810
	anoest	De 4 a 7 anos de	0.6900	0.0540	163.4437	<.0001	1.9937
	anoest	De 8 a 10 anos d	1.1805	0.0553	455.9569	<.0001	3.2560
	CONFAM	Agregado	0.5939	0.2196	7.3164	0.0068	1.8111
	CONFAM	Cônjuge	0.4703	0.0267	310.6814	<.0001	1.6004
	CONFAM	Filho	0.1106	0.0306	13.0621	0.0003	1.1170
	CONFAM	Outro Parente	0.0489	0.0485	1.0149	0.3137	1.0501
	NPES	1 Morador	0.7923	0.0443	320.1382	<.0001	2.2085
	NPES	2 Moradores	0.8848	0.0393	506.9717	<.0001	2.4225
	NPES	3 Moradores	0.6237	0.0412	228.6499	<.0001	1.8657
	REG	26	-1.0869	0.0501	470.0022	<.0001	0.3373
	REG	29	-0.5646	0.0487	134.3251	<.0001	0.5686
	REG	31	-0.0228	0.0449	0.2568	0.6123	0.9775
	REG	33	-0.0459	0.0389	1.3938	0.2378	0.9551
	REG	35	0.1564	0.0372	17.6551	<.0001	1.1693
	ANO	2003	-0.5227	0.0338	239.3131	<.0001	0.5929
	ANO	2004	-0.7797	0.0331	553.9593	<.0001	0.4585
	ANO	2005	-0.4379	0.0328	178.0187	<.0001	0.6454
	ANO	2006	-0.3407	0.0331	106.0295	<.0001	0.7113
	ANO	2007	-0.1574	0.0333	22.3963	<.0001	0.8544

Remediados – Classe D	Intercept		-1.1023	0.1033	113.8097	<.0001	.
	SEXO	Homem	0.2241	0.0265	71.7247	<.0001	1.2512
	COR	Amarela	-1.2238	0.2581	22.4744	<.0001	0.2941
	COR	Branca	-0.0192	0.0405	0.2261	0.6344	0.9809
	COR	Indígena	0.1164	0.3612	0.1039	0.7472	1.1235
	COR	Parda	0.00283	0.0393	0.0052	0.9425	1.0028
	fxage	15 a 19	0.4296	0.0655	42.9797	<.0001	1.5367
	fxage	20 a 24	0.6132	0.0624	96.4759	<.0001	1.8464
	fxage	25 a 29	0.5300	0.0609	75.7098	<.0001	1.6989
	fxage	30 a 35	0.4956	0.0575	74.3061	<.0001	1.6415
	fxage	36 a 39	0.3227	0.0621	26.9741	<.0001	1.3809
	fxage	40 a 44	0.3465	0.0598	33.6003	<.0001	1.4141
	fxage	45 a 49	0.3360	0.0618	29.5260	<.0001	1.3993
	fxage	50 a 54	0.1481	0.0634	5.4608	0.0194	1.1596
	anoest	11 ou mais anos	0.3905	0.0644	36.7288	<.0001	1.4777
	anoest	Anos de estudo n	-0.1248	0.2796	0.1992	0.6554	0.8827
	anoest	De 1 a 3 anos de	0.3319	0.0721	21.1624	<.0001	1.3936
	anoest	De 4 a 7 anos de	0.3751	0.0630	35.5050	<.0001	1.4552
	anoest	De 8 a 10 anos d	0.5177	0.0649	63.6556	<.0001	1.6782
	CONFAM	Agregado	0.3041	0.2682	1.2860	0.2568	1.3555
	CONFAM	Cônjuge	0.2310	0.0339	46.5183	<.0001	1.2598
	CONFAM	Filho	-0.1514	0.0392	14.9581	0.0001	0.8595
	CONFAM	Outro Parente	-0.0852	0.0605	1.9864	0.1587	0.9183
	NPES	1 Morador	-0.6166	0.0544	128.3089	<.0001	0.5398
	NPES	2 Moradores	0.1255	0.0424	8.7684	0.0031	1.1337
	NPES	3 Moradores	0.0856	0.0447	3.6579	0.0558	1.0893
	REG	26	-0.2742	0.0607	20.3752	<.0001	0.7602
	REG	29	0.0214	0.0602	0.1263	0.7223	1.0216
	REG	31	-0.1582	0.0594	7.0945	0.0077	0.8537
	REG	33	0.0538	0.0509	1.1167	0.2906	1.0553
	REG	35	0.0443	0.0490	0.8160	0.3663	1.0453
	ANO	2003	-0.4655	0.0429	117.9358	<.0001	0.6279
	ANO	2004	-0.4859	0.0413	138.4398	<.0001	0.6151
	ANO	2005	-0.4122	0.0418	97.4091	<.0001	0.6622
	ANO	2006	-0.3618	0.0423	73.3239	<.0001	0.6964
	ANO	2007	-0.1372	0.0418	10.8006	0.0010	0.8718

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PME

II) Mobilidade Social (Entrada, Saída e Permanência na Miséria)

– Base Permanece na Miséria

Resposta	Parâmetro	Nível	Estimativa	Erro Padrão	Estatística de Wald	Nível Descritivo (p)	Razão condicional
Continua não miserável	Intercept		-0.7010	0.0859	66.5507	<.0001	.
	SEXO	Homem	0.5344	0.0220	588.6950	<.0001	1.70642
	COR	Amarela	0.0658	0.1325	0.2467	0.6194	1.06804
	COR	Branca	0.2983	0.0343	75.4891	<.0001	1.34757
	COR	Indígena	0.4955	0.3315	2.2338	0.1350	1.64135
	COR	Parda	-0.0212	0.0337	0.3951	0.5296	0.97906
	fxage	15 a 19	0.1102	0.0513	4.6119	0.0318	1.11646
	fxage	20 a 24	0.2977	0.0493	36.4707	<.0001	1.34681
	fxage	25 a 29	0.3396	0.0473	51.5281	<.0001	1.40434
	fxage	30 a 35	0.2459	0.0444	30.6513	<.0001	1.27883
	fxage	36 a 39	0.2164	0.0480	20.3271	<.0001	1.24160
	fxage	40 a 44	0.3531	0.0459	59.2935	<.0001	1.42349
	fxage	45 a 49	0.4879	0.0472	106.8374	<.0001	1.62895
	fxage	50 a 54	0.2661	0.0470	32.0624	<.0001	1.30489
	anoest	11 ou mais anos	1.8121	0.0524	1197.7525	<.0001	6.12327
	anoest	Anos de estudo n	0.1620	0.2157	0.5641	0.4526	1.17589
	anoest	De 1 a 3 anos de	0.4052	0.0597	46.1022	<.0001	1.49964
	anoest	De 4 a 7 anos de	0.6691	0.0515	168.9233	<.0001	1.95244
	anoest	De 8 a 10 anos d	1.1897	0.0533	498.7744	<.0001	3.28622
	CONFAM	Agregado	0.5707	0.2336	5.9667	0.0146	1.76950
	CONFAM	Cônjuge	0.5379	0.0283	360.1276	<.0001	1.71244
	CONFAM	Filho	0.0130	0.0325	0.1586	0.6904	1.01304
	CONFAM	Outro Parente	0.0263	0.0512	0.2648	0.6068	1.02668
	NPES	1 Morador	0.6431	0.0436	217.1387	<.0001	1.90243
	NPES	2 Moradores	0.8008	0.0383	437.7412	<.0001	2.22735
	NPES	3 Moradores	0.4991	0.0403	153.2995	<.0001	1.64727
	REG	26	-1.1197	0.0526	453.7187	<.0001	0.32638
	REG	29	-0.5191	0.0514	102.0210	<.0001	0.59504
	REG	31	-0.0761	0.0497	2.3441	0.1258	0.92673
	REG	33	-0.1385	0.0431	10.3446	0.0013	0.87070
	REG	35	0.1787	0.0417	18.3170	<.0001	1.19563
	ANO	2003	-0.6835	0.0371	339.7259	<.0001	0.50485
	ANO	2004	-0.8304	0.0362	527.1496	<.0001	0.43589
	ANO	2005	-0.6003	0.0359	280.1069	<.0001	0.54863
	ANO	2006	-0.5291	0.0363	212.4855	<.0001	0.58915
	ANO	2007	-0.3117	0.0365	72.8737	<.0001	0.73218

Resposta	Parâmetro	Nível	Estimativa	Erro Padrão	Estatística de Wald	Nível Descritivo (p)	Razão condicional
Entrou na miséria - E	Intercept		-1.9066	0.1560	149.3652	<.0001	.
	SEXO	Homem	0.2815	0.0394	51.0180	<.0001	1.32518
	COR	Amarela	-1.4179	0.3984	12.6667	0.0004	0.24223
	COR	Branca	0.0891	0.0638	1.9484	0.1628	1.09315
	COR	Indígena	0.8338	0.4698	3.1494	0.0760	2.30207
	COR	Parda	-0.00955	0.0635	0.0226	0.8804	0.99049
	fxage	15 a 19	0.1077	0.0950	1.2865	0.2567	1.11372
	fxage	20 a 24	0.2811	0.0906	9.6371	0.0019	1.32463
	fxage	25 a 29	0.2362	0.0877	7.2611	0.0070	1.26647
	fxage	30 a 35	0.2237	0.0826	7.3360	0.0068	1.25070
	fxage	36 a 39	0.1772	0.0890	3.9637	0.0465	1.19389
	fxage	40 a 44	0.1781	0.0861	4.2825	0.0385	1.19493
	fxage	45 a 49	0.2432	0.0885	7.5504	0.0060	1.27527
	fxage	50 a 54	0.1955	0.0884	4.8941	0.0269	1.21595
	anoest	11 ou mais anos	0.9181	0.0999	84.4287	<.0001	2.50447
	anoest	Anos de estudo n	0.2874	0.3637	0.6244	0.4294	1.33293
	anoest	De 1 a 3 anos de	0.3373	0.1135	8.8330	0.0030	1.40121
	anoest	De 4 a 7 anos de	0.5228	0.0984	28.2094	<.0001	1.68675
	anoest	De 8 a 10 anos d	0.7094	0.1016	48.7869	<.0001	2.03274
	CONFAM	Agregado	0.4650	0.3853	1.4564	0.2275	1.59202
	CONFAM	Cônjuge	0.2968	0.0507	34.3029	<.0001	1.34558
	CONFAM	Filho	0.0440	0.0582	0.5713	0.4497	1.04500
	CONFAM	Outro Parente	-0.0341	0.0952	0.1283	0.7202	0.96645
	NPES	1 Morador	0.1228	0.0830	2.1910	0.1388	1.13067
	NPES	2 Moradores	0.4619	0.0706	42.7909	<.0001	1.58705
	NPES	3 Moradores	0.4360	0.0734	35.3318	<.0001	1.54657
	REG	26	-0.5877	0.0802	53.7520	<.0001	0.55559
	REG	29	-1.2763	0.0940	184.1910	<.0001	0.27906
	REG	31	-0.3105	0.0776	16.0002	<.0001	0.73310
	REG	33	-0.9977	0.0707	199.2343	<.0001	0.36872
REG	35	-0.3897	0.0642	36.8005	<.0001	0.67727	
ANO	2003	0.0717	0.0624	1.3190	0.2508	1.07435	
ANO	2004	-0.2758	0.0639	18.6346	<.0001	0.75894	
ANO	2005	-0.5016	0.0667	56.6406	<.0001	0.60556	
ANO	2006	-0.1836	0.0642	8.1722	0.0043	0.83225	
ANO	2007	-0.3170	0.0670	22.3819	<.0001	0.72835	

Saiu da miséria - E	Intercept		-1.6683	0.1428	136.4329	<.0001	.
	SEXO	Homem	0.3474	0.0367	89.5744	<.0001	1.41535
	COR	Amarela	-0.1979	0.2213	0.7992	0.3713	0.82047
	COR	Branca	-0.0128	0.0577	0.0490	0.8248	0.98731
	COR	Indígena	0.6975	0.4578	2.3207	0.1277	2.00865
	COR	Parda	-0.0544	0.0569	0.9124	0.3395	0.94706
	fxage	15 a 19	0.2208	0.0895	6.0843	0.0136	1.24710
	fxage	20 a 24	0.4889	0.0845	33.4422	<.0001	1.63056
	fxage	25 a 29	0.3036	0.0830	13.3885	0.0003	1.35473
	fxage	30 a 35	0.2894	0.0782	13.6869	0.0002	1.33558
	fxage	36 a 39	0.2896	0.0837	11.9766	0.0005	1.33588
	fxage	40 a 44	0.3568	0.0802	19.7860	<.0001	1.42868
	fxage	45 a 49	0.4274	0.0822	27.0397	<.0001	1.53319
	fxage	50 a 54	0.2556	0.0834	9.3810	0.0022	1.29119
	anoest	11 ou mais anos	0.8227	0.0884	86.5128	<.0001	2.27654
	anoest	Anos de estudo n	-0.2635	0.4065	0.4203	0.5168	0.76834
	anoest	De 1 a 3 anos de	0.2591	0.1008	6.6093	0.0101	1.29578
	anoest	De 4 a 7 anos de	0.3614	0.0872	17.1854	<.0001	1.43539
	anoest	De 8 a 10 anos d	0.5732	0.0901	40.4345	<.0001	1.77394
	CONFAM	Agregado	0.0184	0.4205	0.0019	0.9650	1.01860
	CONFAM	Cônjuge	0.3249	0.0471	47.5334	<.0001	1.38395
	CONFAM	Filho	-0.0172	0.0541	0.1014	0.7502	0.98291
	CONFAM	Outro Parente	0.1267	0.0835	2.3016	0.1292	1.13511
	NPES	1 Morador	0.1443	0.0753	3.6720	0.0553	1.15526
	NPES	2 Moradores	0.4489	0.0645	48.4920	<.0001	1.56657
	NPES	3 Moradores	0.3014	0.0677	19.8186	<.0001	1.35179
	REG	26	-0.6764	0.0807	70.1990	<.0001	0.50842
	REG	29	-0.9339	0.0861	117.5759	<.0001	0.39301
	REG	31	-0.2278	0.0765	8.8707	0.0029	0.79629
	REG	33	-0.6927	0.0680	103.6487	<.0001	0.50021
	REG	35	-0.1395	0.0633	4.8545	0.0276	0.86980
	ANO	2003	-0.2926	0.0586	24.8908	<.0001	0.74634
	ANO	2004	-0.2237	0.0561	15.8816	<.0001	0.79958
	ANO	2005	-0.5154	0.0590	76.3713	<.0001	0.59724
	ANO	2006	-0.4887	0.0599	66.5757	<.0001	0.61342
	ANO	2007	-0.5214	0.0615	71.9612	<.0001	0.59366

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PME

III) Mobilidade Trabalhista (Entrada e Saída da Classe Média) -

Resposta	Parâmetro	Nível	Estimativa	Erro Padrão	Estatística de Wald	Nível Descritivo (p)	Razão condicional
Continua Fora da Classe Média - C	Intercept		1.5723	0.0814	372.6682	<.0001	.
	SEXO	Homem	-0.2583	0.0181	203.4517	<.0001	0.77237
	COR	Amarela	1.0103	0.1050	92.6249	<.0001	2.74652
	COR	Branca	0.0989	0.0291	11.5502	0.0007	1.10391
	COR	Indígena	-0.1902	0.2757	0.4757	0.4904	0.82682
	COR	Parda	0.0242	0.0294	0.6779	0.4103	1.02453
	fxage	15 a 19	0.1827	0.0444	16.9177	<.0001	1.20051
	fxage	20 a 24	-0.1345	0.0415	10.4887	0.0012	0.87413
	fxage	25 a 29	-0.1591	0.0396	16.1146	<.0001	0.85290
	fxage	30 a 35	-0.00013	0.0381	0.0000	0.9973	0.99987
	fxage	36 a 39	-0.1053	0.0410	6.5973	0.0102	0.90005
	fxage	40 a 44	-0.1293	0.0390	10.9621	0.0009	0.87875
	fxage	45 a 49	-0.2043	0.0398	26.3844	<.0001	0.81519
	fxage	50 a 54	-0.1172	0.0407	8.2949	0.0040	0.88943
	anoest	11 ou mais anos	-0.9111	0.0545	279.5938	<.0001	0.40207
	anoest	Anos de estudo n	-0.2422	0.2306	1.1033	0.2935	0.78489
	anoest	De 1 a 3 anos de	-0.4118	0.0629	42.8457	<.0001	0.66248
	anoest	De 4 a 7 anos de	-0.6483	0.0550	138.7110	<.0001	0.52296
	anoest	De 8 a 10 anos d	-1.0154	0.0557	331.8562	<.0001	0.36227
	CONFAM	Agregado	-0.1677	0.1697	0.9764	0.3231	0.84564
	CONFAM	Cônjuge	-0.2743	0.0230	142.7288	<.0001	0.76012
	CONFAM	Filho	-0.1935	0.0263	54.0140	<.0001	0.82404
	CONFAM	Outro Parente	-0.1484	0.0436	11.5998	0.0007	0.86211
	NPES	1 Morador	-0.6381	0.0420	230.3326	<.0001	0.52831
	NPES	2 Moradores	-0.8462	0.0384	486.8656	<.0001	0.42904
	NPES	3 Moradores	-0.6830	0.0401	290.5224	<.0001	0.50509
	REG	26	1.1455	0.0488	551.7870	<.0001	3.14389
	REG	29	0.6525	0.0435	225.4463	<.0001	1.92041
	REG	31	0.1207	0.0400	9.1224	0.0025	1.12826
	REG	33	0.0779	0.0338	5.3065	0.0212	1.08104
	REG	35	0.000543	0.0324	0.0003	0.9866	1.00054
	ANO	2003	0.3265	0.0290	126.8949	<.0001	1.38604
	ANO	2004	0.4884	0.0286	291.5099	<.0001	1.62973
	ANO	2005	0.2124	0.0273	60.5157	<.0001	1.23665
	ANO	2006	0.1557	0.0274	32.2816	<.0001	1.16847
	ANO	2007	0.0862	0.0270	10.2309	0.0014	1.09003

Entrou na classe C	Intercept		-0.8878	0.1471	36.3984	<.0001	.
	SEXO	Homem	-0.0852	0.0316	7.2838	0.0070	0.91833
	COR	Amarela	0.5765	0.1746	10.9008	0.0010	1.77986
	COR	Branca	0.0120	0.0524	0.0527	0.8184	1.01211
	COR	Indígena	0.1575	0.4369	0.1300	0.7185	1.17059
	COR	Parda	0.0295	0.0535	0.3037	0.5816	1.02993
	fxage	15 a 19	0.1363	0.0798	2.9185	0.0876	1.14607
	fxage	20 a 24	0.1856	0.0736	6.3645	0.0116	1.20397
	fxage	25 a 29	-0.0508	0.0722	0.4953	0.4816	0.95047
	fxage	30 a 35	0.0331	0.0696	0.2259	0.6346	1.03361
	fxage	36 a 39	-0.0118	0.0748	0.0248	0.8748	0.98829
	fxage	40 a 44	0.0355	0.0707	0.2521	0.6156	1.03616
	fxage	45 a 49	0.0816	0.0711	1.3159	0.2513	1.08501
	fxage	50 a 54	0.0746	0.0734	1.0325	0.3096	1.07746
	anoest	11 ou mais anos	-0.3593	0.0991	13.1527	0.0003	0.69818
	anoest	Anos de estudo n	-0.8260	0.5494	2.2602	0.1327	0.43779
	anoest	De 1 a 3 anos de	0.0500	0.1120	0.1993	0.6553	1.05129
	anoest	De 4 a 7 anos de	-0.2040	0.1000	4.1600	0.0414	0.81549
	anoest	De 8 a 10 anos d	-0.3652	0.1011	13.0598	0.0003	0.69407
	CONFAM	Agregado	-0.8523	0.4249	4.0236	0.0449	0.42642
	CONFAM	Cônjuge	-0.1033	0.0404	6.5232	0.0106	0.90186
	CONFAM	Filho	0.0167	0.0458	0.1326	0.7158	1.01681
	CONFAM	Outro Parente	0.0500	0.0753	0.4417	0.5063	1.05129
	NPES	1 Morador	0.0434	0.0817	0.2823	0.5952	1.04438
	NPES	2 Moradores	0.0673	0.0752	0.8006	0.3709	1.06964
	NPES	3 Moradores	-0.0837	0.0786	1.1342	0.2869	0.91971
	REG	26	0.3507	0.0758	21.3877	<.0001	1.42003
	REG	29	-0.6334	0.0800	62.7296	<.0001	0.53079
	REG	31	-0.1762	0.0618	8.1350	0.0043	0.83842
	REG	33	-0.7392	0.0543	185.5055	<.0001	0.47750
	REG	35	-0.3480	0.0490	50.5037	<.0001	0.70608
	ANO	2003	0.0814	0.0476	2.9197	0.0875	1.08481
	ANO	2004	0.2673	0.0461	33.6806	<.0001	1.30645
	ANO	2005	-0.3292	0.0483	46.4616	<.0001	0.71949
	ANO	2006	-0.2388	0.0472	25.5815	<.0001	0.78754
	ANO	2007	-0.3270	0.0469	48.6995	<.0001	0.72110

Saiu da classe media Classe C	Intercept		-0.8390	0.1475	32.3761	<.0001	.
	SEXO	Homem	-0.1110	0.0323	11.7873	0.0006	0.89492
	COR	Amarela	0.6437	0.1813	12.6050	0.0004	1.90344
	COR	Branca	0.1241	0.0555	5.0018	0.0253	1.13216
	COR	Indígena	0.9166	0.3453	7.0448	0.0079	2.50084
	COR	Parda	0.1382	0.0563	6.0255	0.0141	1.14825
	fxage	15 a 19	0.0184	0.0810	0.0516	0.8203	1.01858
	fxage	20 a 24	-0.0628	0.0757	0.6884	0.4067	0.93909
	fxage	25 a 29	-0.0493	0.0725	0.4632	0.4961	0.95188
	fxage	30 a 35	-0.0159	0.0703	0.0510	0.8213	0.98425
	fxage	36 a 39	-0.0126	0.0750	0.0284	0.8663	0.98745
	fxage	40 a 44	-0.0217	0.0716	0.0920	0.7617	0.97851
	fxage	45 a 49	-0.0249	0.0727	0.1174	0.7319	0.97541
	fxage	50 a 54	-0.0493	0.0755	0.4274	0.5133	0.95185
	anoest	11 ou mais anos	-0.2909	0.1016	8.1985	0.0042	0.74762
	anoest	Anos de estudo n	0.3476	0.3568	0.9490	0.3300	1.41560
	anoest	De 1 a 3 anos de	-0.1082	0.1172	0.8525	0.3558	0.89746
	anoest	De 4 a 7 anos de	-0.1562	0.1025	2.3247	0.1273	0.85535
	anoest	De 8 a 10 anos d	-0.3339	0.1037	10.3748	0.0013	0.71610
	CONFAM	Agregado	-0.0983	0.3118	0.0994	0.7525	0.90634
	CONFAM	Cônjuge	-0.1159	0.0414	7.8520	0.0051	0.89055
	CONFAM	Filho	0.0237	0.0468	0.2577	0.6117	1.02403
	CONFAM	Outro Parente	0.0257	0.0779	0.1089	0.7413	1.02603
	NPES	1 Morador	-0.3780	0.0766	24.3754	<.0001	0.68522
	NPES	2 Moradores	-0.2889	0.0686	17.7505	<.0001	0.74910
	NPES	3 Moradores	-0.3618	0.0721	25.2116	<.0001	0.69639
	REG	26	0.6395	0.0744	73.8645	<.0001	1.89549
	REG	29	-0.4604	0.0803	32.8630	<.0001	0.63105
	REG	31	0.0287	0.0624	0.2112	0.6458	1.02908
	REG	33	-0.7085	0.0568	155.8132	<.0001	0.49238
	REG	35	-0.3532	0.0513	47.4403	<.0001	0.70242
	ANO	2003	0.3656	0.0483	57.3732	<.0001	1.44136
	ANO	2004	0.2441	0.0498	23.9783	<.0001	1.27642
	ANO	2005	-0.2132	0.0507	17.6668	<.0001	0.80796
	ANO	2006	-0.0428	0.0488	0.7687	0.3806	0.95814
	ANO	2007	-0.1488	0.0486	9.3742	0.0022	0.86177

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PME